

RELATÓRIO DE GESTÃO

BIÊNIO 2015 - 2016



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresento à sociedade paranaense um relatório das atividades desenvolvidas no biênio 2015/2016.

Ao estabelecer as diretrizes para atuação no período, lancei os desafios de avançar no controle e avaliação dos administradores públicos, demonstrando de modo transparente a régua utilizada para medir a eficiência de uma gestão, de focar, com método e critério apurado, as auditorias operacionais nas mais variadas áreas de gestão pública, de reformular o sistema de prestação de contas municipal e de adotar um quadro de índices capazes de revelar a evolução da Administração.

A partir de um profundo diagnóstico das atividades desenvolvidas, iniciou-se um amplo processo de estruturação, abrangendo desde o aprimoramento de metodologias de trabalho e a introdução de novas ferramentas tecnológicas até a redefinição das unidades do Tribunal, passando pela necessária valorização do corpo funcional da Casa.

Foi dado início à criação de um quadro de indicadores da gestão pública, tendo sido já desenvolvidos e publicados os indicadores da educação, testados com sucesso na execução da fiscalização municipal.

O sistema de prestação de contas municipal foi reformulado, com a separação entre contas de governo e contas de gestão, o que permitiu a simplificação do escopo das prestações de contas anuais e abriu espaço para a introdução de novas formas de controle, baseadas no uso intensivo da tecnologia e no acompanhamento concomitante.

Seguindo técnicas modernas de desenho de políticas públicas, foi testada – e aprovada – uma nova metodologia de fiscalização através de uma auditoria piloto na área da educação que reuniu 30 servidores e apurou as condições de dez municípios para implantar, em 2015, a universalização da pré-escola às crianças de quatro e cinco anos, conforme determina o Plano Nacional de Educação.

A partir do Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2016, já sob coordenação centralizada e fundamentadas em critérios objetivos, foram realizadas auditorias integradas nas áreas de educação, saúde, pessoal e

tecnologia da informação, as quais permitiram ao Tribunal estar presente fisicamente em 100 municípios.

O processo de reestruturação do Tribunal demandou também a proposição de um conjunto de alterações legislativas, do qual podem ser destacados o reposicionamento da Diretoria Geral em face da criação da Coordenadoria-Geral de Fiscalização, a instituição do Valor de Alçada e dos Termos de Ajustamento de Gestão e a modificação das atribuições da Corregedoria.

Não foram poucas as ações com vistas ao aprimoramento dos serviços prestados por esta Casa, sempre prezado pela qualidade das informações que fornecemos à sociedade e pelo esforço constante no sentido de fomentar a transparência da gestão pública.

Merece destaque a disponibilização do Portal Informação para Todos (PIT), lançado no final de setembro de 2016, representando um marco na história da fiscalização do dinheiro público no Paraná. O PIT oferece ao cidadão, de maneira clara e acessível, informações de interesse público a respeito das 399 administrações municipais paranaenses e, em pouco mais de 60 dias de funcionamento, já tinha contabilizado 5 mil usuários acessando mais de 30 mil páginas de conteúdo, sendo 80% por meio de “*desktop*” e 20% via celular ou “*tablet*”.

Todo o profissionalismo do nosso corpo técnico se traduziu em resultados que foram além das fronteiras estaduais, proporcionando o reconhecimento nacional desta Casa no cumprimento de sua missão institucional.

Um dos destaques foi a nossa Escola de Gestão Pública que recebeu o Prêmio de Educação a Distância, conferido pela Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas. Em 2016, qualificamos mais de 60 mil pessoas, sendo cerca de 47 mil a distância.

Outro destaque foi a Coordenadoria de Execuções, que fez do TCE-PR uma referência nacional na área de cumprimento das decisões colegiadas, com o acompanhamento regionalizado das execuções e a oferta de serviços “*online*” aos jurisdicionados.

Ainda, coroando o esforço cotidiano de agir de modo transparente e de promover a transparência na Administração Pública, o Tribunal foi reconhecido pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) como o terceiro tribunal de contas mais transparente do país, entre as 27 cortes de contas estaduais e a do Distrito Federal.

Por fim, aprovamos o segundo Plano Estratégico desta Casa para o quinquênio 2017-2021, no final de outubro. A partir de agora, todas as ações estarão alinhadas e direcionadas para um mesmo propósito: o de estarmos mais próximos da sociedade, com mais resultados que a beneficiem, conforme a nossa visão de futuro para o período vindouro.

Acredito que conseguimos cumprir nossos objetivos de forma transparente e objetiva, focada na valorização da instituição pública.

Agradeço a cada servidor desta Casa pelo empenho e dedicação dispensados à tarefa de fazer um Tribunal melhor.

Agradeço, mais uma vez, à confiança em mim depositada e ao apoio recebido dos meus colegas no desempenho da honrosa missão de dirigir esta Casa no biênio que se encerra.

Curitiba, 11 de janeiro de 2017.

Ivan Lelis Bonilha
Conselheiro Presidente do TCE-PR
Biênio 2015-2016

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Relação de autoridades do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - **Biênio 2015/2016**

Tribunal Pleno

- Ivan Lelis Bonilha - **Conselheiro Presidente**
- Ivens Zschoerper Linhares - **Conselheiro Vice-Presidente**
- José Durval Mattos do Amaral - **Conselheiro Corregedor-Geral**
- Nestor Baptista - **Conselheiro**
- Artagão de Mattos Leão - **Conselheiro**
- Fernando Augusto Mello Guimarães - **Conselheiro**
- Fabio de Souza Camargo - **Conselheiro**
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca - **Auditor**
- Thiago Barbosa Cordeiro - **Auditor**
- Claudio Augusto Canha - **Auditor**
- Tiago Alvarez Pedroso - **Auditor**
- Mariana Amaral Porto - **Secretária do Tribunal Pleno**

1ª Câmara

- Ivens Zschoerper Linhares - **Conselheiro Presidente do Colegiado**
- Artagão de Mattos Leão - **Conselheiro**
- José Durval Mattos do Amaral - **Conselheiro**
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca - **Auditor**
- Claudio Augusto Canha - **Auditor**
- Maurîtânia Bogus Pereira - **Secretária da Primeira Câmara**

2ª Câmara

- Nestor Baptista - **Conselheiro Presidente do Colegiado**
- Fernando Augusto Mello Guimarães - **Conselheiro**
- Fabio de Souza Camargo - **Conselheiro**
- Thiago Barbosa Cordeiro - **Auditor**
- Tiago Alvarez Pedroso - **Auditor**
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco - **Secretária da Segunda Câmara**

Corregedoria-Geral

- José Durval Mattos do Amaral - **Conselheiro Corregedor-Geral**
- Ivano Rangel de Oliveira - **Assessor Jurídico**
- Mady Cristine Leschkau de Lemos Marchini - **Ouvidora de Contas**

Ministério Público junto ao TCE

- Flávio de Azambuja Berti - **Procurador-Geral**
- Célia Rosana Moro Kansou - **Procuradora**
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner - **Procuradora**
- Elizeu de Moraes Correa - **Procurador**
- Gabriel Guy Léger - **Procurador**
- Juliana Sternadt Reiner - **Procuradora**
- Kátia Regina Puchaski - **Procuradora**
- Michael Richard Reiner - **Procurador**
- Valéria Borba - **Procuradora**
- Paulo Roberto Marques Fernandes - **Secretário-Geral**

Diretorias e Coordenadorias

1. **Diretora-Geral (DG)** - Daniele Carriel Stradiotto
2. **Coordenadora-Geral de Fiscalização (CGF)** - Bárbara Gonçalves Marcelino Pereira
3. **Diretora de Gabinete da Presidência (GP)** - Marina Taeko Sakamoto Xavier
4. **Diretor de Gab. Cons. Nestor Baptista** - Wilson de Lima Junior
5. **Diretor de Gab. Cons. Artagão de Mattos Leão** - Luciano Crotti
6. **Diretora de Gab. Cons. Fernando Augusto Mello Guimarães** - Simone de Souza. P. Manasses
7. **Diretor de Gab. Cons. Ivan Lelis Bonilha** - (Vago)
8. **Diretora de Gab. Cons. José Durval Mattos do Amaral** - Celia Cristina Arruda
9. **Diretor de Gab. Cons. Fabio de Souza Camargo** - Marcelo João de Souza Pinto
10. **Diretora de Gab. Cons. Ivens Zschoerper Linhares** - Cinthya Pedron Caciatori
11. **Controladoria Interna (CI)** - Hamilton Bora
12. **Diretor Administrativo (DA)** - Elizandro Natal Brollo
13. **Diretor de Comunicação Social (DCS)** - Nilson Pohl
14. **Diretor da Escola de Gestão Pública (EGP)** - Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira
15. **Diretor de Finanças (DF)** - Paulo Celso Klostermann
16. **Diretor de Gestão de Pessoas (DGP)** - José Marcelo Chumbinho de Andrade
17. **Diretora Jurídica (DIJUR)** - Anésia de Fátima Nepel
18. **Diretor de Planejamento (DIPLAN)** - Alexandre Faila Coelho
19. **Diretora de Protocolo (DP)** - Cleuza Bais Leal
20. **Diretora de Tecnologia da Informação (DTI)** - Suzana Aparecida de Oliveira
21. **Coordenador de Execuções (COEX)** - Marcelo Lopes
22. **Coordenadora de Fiscalização de Atos de Pessoal (COFAP)** - Danielle Cristina Jaques Urban
23. **Coordenadora de Fiscalizações Específicas (COFE)** - Denise Gomel
24. **Coordenador de Fiscalização Estadual (COFIE)** - José Mário Wojcik
25. **Coordenadora de Fiscalização Municipal (COFIM)** - Regina Cristina Braz
26. **Coordenador de Fiscalização de Obras Públicas (COFOP)** - Luiz Henrique de Barbosa Jorge
27. **Coordenador de Fiscalização de Transferências e Contratos (COFIT)** - João Halberto Balduino Maciel
28. **Coordenador de Informações Estratégicas (COIE)** - André Luiz Fernandes

Inspetorias de Controle Externo

- **1ª Inspeção de Controle Externo** - Inspectora Luciane Maria Gonçalves Franco
- **2ª Inspeção de Controle Externo** - Inspectores Emerson Ademar Gimenes
- **3ª Inspeção de Controle Externo** - Inspectora Rita de Cássia Bompeixe C. Mombelli
- **4ª Inspeção de Controle Externo** - Desativada porque seu superintendente, conselheiro Ivan Lelis Bonilha, assumiu a presidência do TCE para o biênio 2015/2016
- **5ª Inspeção de Controle Externo** - Inspectores Mauro Munhoz
- **6ª Inspeção de Controle Externo** - Inspectores Paulo José Rocha
- **7ª Inspeção de Controle Externo** - Inspectores Marcio José Assumpção

Elaboração

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
Coordenadoria de Informações Estratégicas - COIE
Diretoria de Planejamento – DIPLAN
Escola de Gestão Pública – EGP

Revisão

Diretoria Geral - DG

Diagramação

Núcleo de Imagem

Sumário

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1.1	Diagnóstico	13
1.2	Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-QATC). 14	
1.3	Projeto de Unificação da Captação Eletrônica de Dados e Aprimoramento dos Sistemas de Fiscalização no Âmbito Municipal (Portaria nº 486/15)	17
1.4	Análise de Cenários	19
2.	BALANÇO DA GESTÃO	21
2.1	A busca pela transparência e aproximação com a sociedade	24
2.2	A Prevenção pela Capacitação	26
2.3	Tecnologia da informação a serviço das fiscalizações do Tribunal.....	32
2.4	Valorização do Corpo Técnico.....	36
2.5	Realização de novos concursos públicos	37
2.6	Cuidado e zelo com o Patrimônio.....	37
2.7	Melhoria dos Mecanismos e Procedimentos de Fiscalização	43
2.8	Acompanhamento de decisões	45
2.9	Procedimentos Internos de Contratação	45
3.	TCE EM NÚMEROS	46
4.	ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	49
4.1	Processos Autuados e Distribuídos.....	49
4.2	Fiscalização das Contas de Âmbito Estadual.....	52
4.3	Fiscalização das Contas de Âmbito Municipal.....	52
4.4	Fiscalização das Transferências Voluntárias.....	53
4.5	Apreciação dos Atos de Pessoal para Fins de Registro	53
4.6	Atuação do Ministério Público Junto ao TCE-PR.....	54
4.7	Decisões Publicadas	54
4.8	Emissão de Certidões Liberatórias.....	57
4.9	Atividades de Fiscalização	57
5.	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.....	64
5.1	Gestão de Projetos.....	64
5.2	Portfólio de Programas e Projetos Institucionais	64
5.3	Resultado Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.....	66
5.4	Quadro Funcional.....	67
5.5	Planejamento Estratégico.....	68
6.	COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO	72

6.1	Comunicação	72
6.2	Relações Institucionais/Convênios e Congêneres	72
6.3	Representação Institucional	78
7.	ORGANOGRAMA	85
7.1	Organograma do TCE-PR (2015-2016).....	85
7.2	Organograma do TCE-PR (2016).....	86
8.	ATIVIDADES DE CARÁTER CONTINUADO	87
	ANEXO I - CONVÊNIOS VIGENTES	91
	ANEXO II - CONTRATOS POR UNIDADE.....	97
9.	FONTE DE INFORMAÇÕES.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACO	Acórdão
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ARISP	Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
CCD	Código de Classificação de Documentos de Arquivo
CAPE	Comissão de Acompanhamento do Programa de Estágio
CGF	Coordenadoria Geral de Fiscalização
COBIT	<i>Control Objectives For Information end Relatet Technology</i>
COFIT	Coordenadoria de Fiscalização de Transferências e Contratos
COFIM	Coordenadoria de Fiscalização Municipal
CRB	Certidão de Regularidade de Benefício
DAMP	Diretoria de Administração de Material e Patrimônio
DDM	Decisão Definitiva Monocrática
DF	Diretoria Financeira
DG	Diretoria Geral
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIPLAN	Diretoria de Planejamento do TCE-PR
DHB	Despacho de Homologação de Benefício
EDUCORP	Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas
EGP	Escola de Gestão Pública do TCE-PR
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
ICE	Inspetoria de Controle Externo
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IRB	Instituto Rui Barbosa
JurisTCs	Jurisprudência dos Tribunais de Contas
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPjTC	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONU	Organização das Nações Unidas
PPR	Acórdão de Parecer Prévio
PAF	Programa Anual de Fiscalização
PROAR	Programa de Acompanhamento Remoto
REDE INDICON	Rede Nacional de Indicadores Públicos
RI	Regimento Interno
RPP	Regime Próprio de Previdência Social
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEI	Sistema Estadual de Informações
SIAP	Sistema Integrado de Atos de Pessoal
SIM	Sistema de Informações Municipais
SMMA	Secretaria Municipal de Meio
SINCOV	Sistema de Convênios
SIT	Sistema Integrado de Transferências
STP	Secretaria do Tribunal Pleno
TC	Tribunal de Contas
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
TJ	Tribunal de Justiça
TT	Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Diagnóstico

Como um órgão de Estado, expressão do princípio republicano, estruturado pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado do Paraná, o TCE-PR tem como atribuições legais:

- ✓ Controlar a receita e a despesa do Estado e dos Municípios;
- ✓ Acompanhar a legalidade das contratações de pessoal, das aposentadorias, reformas e pensões estaduais e municipais;
- ✓ Analisar e julgar a legalidade das prestações de contas dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e de todos os órgãos públicos;
- ✓ Emitir parecer prévio nas contas do governador do Estado e dos prefeitos, para posterior julgamento pelo Poder Legislativo, quer estadual, quer municipal;
- ✓ Julgar as contas de todas as associações e entidades que tenham recebido recursos do Estado ou dos municípios, para atividades sociais;
- ✓ Apreçar e julgar as denúncias sobre irregularidades ou ilegalidades praticadas por administradores públicos e;
- ✓ Prestar orientação nas ações administrativas, respondendo as consultas formuladas.

No ano de 2014, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná havia sido responsável pela fiscalização de uma despesa de R\$ 34,9 bilhões (US\$ 14,8 bi¹) do Estado do Paraná e de R\$ 24,6 bilhões (US\$ 10,5 bi) dos municípios paranaenses, totalizando um valor de R\$ 59,5 bilhões (US\$ 25,3 bi).

A partir das diretrizes exaradas pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, foram iniciados dois procedimentos de diagnóstico

¹ Dólar Comercial médio de 2014, cotação para a venda.

sobre o funcionamento da Casa, um externo e outro interno: o projeto “Qualidade e agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-QATC)” – da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e o diagnóstico efetuado no relatório final da comissão instituída pela Portaria nº 486/15, que teve por objetivo iniciar o Projeto de Unificação da Captação Eletrônica de Dados e Aprimoramento dos Sistemas de Fiscalização no Âmbito Municipal.

1.2 Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-QATC)

Ao longo do ano de 2015, o TCE-PR participou do projeto “Qualidade e agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-QATC)” – da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

Para a sua realização, o TCE-PR designou, por meio da Portaria nº 411, de 31 de março de 2015, uma Comissão interna responsável pela coordenação e planejamento das atividades referentes à coleta, compilação e consolidação das informações referentes ao preenchimento do questionário/formulário do projeto e elaboração dos relatórios: preliminar, de acompanhamento da avaliação *in loco* da Comissão Externa e conclusivo. Na fase final do projeto, o TCE-PR recebeu a visita – nos dias 05 e 06 de outubro de 2015 – da Comissão Externa da ATRICON que realizou a validação das notas e evidências apuradas pelos indicadores de qualidade.

Na avaliação geral, o Tribunal alcançou nota média de 2,11² pontos por indicador de um total de 4 pontos possíveis (o que corresponde a aproximadamente 53% do total) e essa nota posicionou o TCE-PR na faixa dois (2) de pontuação, indicando que, de acordo com os critérios da ATRICON, o Tribunal encontra-se em um “nível de desenvolvimento” onde “os mecanismos de fiscalização de que dispõe o Tribunal ainda não são satisfatórios, mas existem indicativos concretos para o seu aperfeiçoamento”.

² A ATRICON não divulga os resultados individualizados das avaliações, apenas a nota média geral, que foi de 1,60 por indicador.

Dentre os itens avaliados, foi atribuído ao TCE-PR o conceito dois (2), significando grau satisfatório/nível de desenvolvimento, aos indicadores de “Gestão de Pessoas”, “Desenvolvimento Local”, “Fundamentos da auditoria de conformidade”, “Resultados das auditorias de conformidade”, “Resultados das Auditorias Operacionais”, “Auditoria Financeira”; “Ouvidoria” e “Auditoria com temas específicos”. Estes indicadores avaliados como “satisfatórios” representaram 30% do total dos indicadores avaliados no Tribunal.

Foram avaliados com conceito (1), fraco/nível de base, os itens “Corregedoria”, “Agilidade no julgamento de processos e gerenciamento de prazos pelos Tribunais de Contas”, “Controle Externo Concomitante”, “Fundamentos da auditoria operacional”, “Acordos de cooperação técnica com outros órgãos” e “Código de Ética para membros”. Estes indicadores avaliados como “fraco” representaram 22% do total dos indicadores avaliados no Tribunal.

Por fim, foi atribuído conceito zero (0), insatisfatório/não se aplica, aos indicadores “Ordem no Pagamento Público” e “Planejamento Geral da Auditoria e Gestão de Qualidade” e estes indicadores avaliados como “insatisfatório” representaram 7% do total dos indicadores avaliados no Tribunal. Com relação ao “QATC-17 Planejamento Geral da Auditoria e Gestão de Qualidade”, a Comissão da ATRICON recomendou que o TCE-PR desenvolvesse instrumentos para que o seu planejamento geral de auditoria possa se apoiar em metodologia clara e concisa, baseada em riscos, e que possa também controlar e garantir a qualidade dos procedimentos das auditorias operacionais e de conformidade desempenhadas pelo Tribunal.

Em suma, o resultado da avaliação efetuada pela ATRICON acabou revelando deficiências do TCE-PR em relação aos procedimentos de fiscalização, particularmente em face das auditorias, e especialmente em relação ao seu planejamento geral e à sua gestão de qualidade.

Segundo a Comissão da ATRICON, dentre as boas práticas adotadas pelo TCE-PR, foi destacada a existência da Diretoria de Informações Estratégicas (DIE). Porém, foi recomendado que a mesma fosse vinculada a

uma Unidade Superior de Controle Externo. Também destacou a organização e atuação da Coordenadoria de Execução (COEX).

Ainda, a Comissão da ATRICON sugeriu, para o aprimoramento da atuação do TCE-PR, as seguintes ações: (1) criação de uma unidade superior responsável pela supervisão do planejamento, execução e monitoramento dos trabalhos de fiscalização, (2) aprimoramento dos trabalhos de acompanhamento de recomendações e determinações legais exaradas pelo Tribunal e (3) padronização dos relatórios e papéis de trabalho do Tribunal.

As recomendações exaradas pela ATRICON refletem um conjunto de boas práticas e de estudos que redundaram na produção de resoluções por aquela entidade. Também derivam da experiência adquirida pelos Tribunais de Contas no desempenho de suas atribuições constitucionais.

A partir dos resultados e constatações trazidos por essa avaliação externa da ATRICON, e no sentido permanente de aprimorar-se em sua missão, a Gestão do TCE-PR para o biênio 2015-2016 desenvolveu uma série de ações (ver sessão Balanço da Gestão) visando adequar sua atuação institucional às melhores práticas reservadas aos órgãos públicos de controle externo no país.

Como pode ser observado pelo quadro abaixo, essas ações já tiveram um impacto significativo (aumento em 22%) na média dos indicadores do Tribunal, aproximando-o do nível 3 desta avaliação externa que coloca, segundo a sua metodologia, o tribunal em um estágio de “atuação satisfatória, dispendo de bons mecanismos para a garantia da regular aplicação dos recursos públicos”.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARANÁ RESULTADO DA AVALIAÇÃO por INDICADOR							
INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	NOTA 2015	NOTA 2016	INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	NOTA 2015	NOTA 2016
QATC-1	COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TCs.	4	4	QATC-15	DESENVOLVIMENTO LOCAL	2	3
QATC-2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	3	4	QATC-16	ORDEM NO PAGAMENTO PÚBLICO	0	2
QATC-3	CÓDIGO DE ÉTICA PARA MEMBROS E SERVIDORES	1	1	QATC-17	PLANEJAMENTO GERAL DA AUDITORIA E GESTÃO DA QUALIDADE	0	2
QATC-4	SÚMULA E JURISPRUDÊNCIA	3	3	QATC-18	FUNDAMENTOS DA AUDITORIA DE CONFORMIDADE	2	2
QATC-5	CORREGEDORIA	1	1	QATC-19	PROCESSO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE	3	3
QATC-6	CONTROLE INTERNO	3	3	QATC-20	FUNDAMENTOS DA AUDITORIA OPERACIONAL	1	2
QATC-7	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3	3	QATC-21	PROCESSO DE AUDITORIA OPERACIONAL	4	4
QATC-8	GESTÃO DE PESSOAS	2	3	QATC-22	RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE CONFORMIDADE	1	1
QATC-9	ESCOLA DE CONTAS	3	3	QATC-23	RESULTADO DAS AUDITORIAS OPERACIONAIS	2	2
QATC-10	AGILIDADE NO JULGAMENTO DE PROCESSOS E GERENCIAMENTO DE PRAZOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS.	1	2	QATC-24	AUDITORIA FINANCEIRA	2	2
QATC-11	CONTROLE EXTERNO CONCOMITANTE	1	2	QATC-25	AUDITORIAS COM TEMAS ESPECÍFICOS	2	2
QATC-12	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CONTROLE EXTERNO	4	4	QATC-26	COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA, COM OS CIDADÃOS E COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	3	3
QATC-13	ACOMPANHAMENTO DAS DECISÕES	3	4	QATC-27	OUVIDORIA	2	2
QATC-14	ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OUTROS ORGÃOS	1	3	MÉDIA DOS INDICADORES DO TCE-PR		2,11	2,59

1.3 Projeto de Unificação da Captação Eletrônica de Dados e Aprimoramento dos Sistemas de Fiscalização no Âmbito Municipal (Portaria nº 486/15)

O relatório final da comissão instituída pela Portaria nº 486/15, que teve por objetivo iniciar o Projeto de Unificação da Captação Eletrônica de Dados e Aprimoramento dos Sistemas de Fiscalização no Âmbito Municipal acabou por confirmar o diagnóstico efetuado através do projeto MMD-QATC, da ATRICON.

Focado na área municipal, o trabalho trouxe uma série de considerações acerca do desenvolvimento dos trabalhos de fiscalização e apresentou um conjunto de problemas que se aferem em tais procedimentos.

Verificou-se no Tribunal uma tendência ao trabalho de fiscalização compartimentado, à falta de clareza no limite de atuação de cada unidade, ao risco de atuação de modo distinto sobre o mesmo objeto, ao desperdício de recursos e o elevado risco de as unidades adotarem posições conflitantes.

Em relação aos sistemas informatizados, concluiu-se que os processos de trabalho das unidades não eram integrados e que não eram capazes de alinhar as iniciativas das unidades às diretrizes estratégicas.

Identificou-se, entre os anos de 2010 e 2014, um número reduzido de inspeções e auditorias, sendo que, em relação à área municipal, apenas 185 entidades (menos de 15% do total) foram fiscalizadas *in loco* num período total de 5 anos. Foi ressaltada a necessidade de ampliar esta modalidade de fiscalização, o que implicaria a necessidade de modificar os processos de trabalho, a logística das viagens, a quantidade de servidores dedicada a esta atividade e o treinamento das equipes de fiscalização.

Verificou-se, ainda, que os sistemas captadores e analisadores, em geral, utilizam diversas regras negociais definidas pelos técnicos das áreas de negócio, que são convertidas pela DTI em programação e executadas pelos sistemas captadores e analisadores. As regras de sistemas estavam dispersas nas aplicações e inexistia um processo de trabalho capaz de evitar duplicidade de regras, retrabalho de técnicos de TI e a ocorrência de regras conflitantes entre si. A referida comissão concluiu sobre a necessidade de se refletir sobre processos de gerenciamento de regras a fim de estabelecer limites na aplicação de regras de consistência de forma a não ocorrer interferência das mesmas nas estratégias de fiscalização da Casa.

Foi recomendada a instituição de uma área subordinada à Presidência com a incumbência de centralizar o planejamento, implementação e alterações de sistemas.

Em relação aos procedimentos de auditoria, a comissão do Projeto de Unificação identificou os seguintes problemas: auditorias não estruturadas, poucos servidores alocados a esta tarefa, demora dos processos, foco processual/formal e trabalho de campo sem preparação prévia.

A inexistência de uma unidade de coordenação geral da fiscalização propiciou um ambiente onde cada unidade buscava melhorias para sua realidade, execução de trabalho compartimentado na DTI, ausência de processo de trabalho definido, duplicidade de informações, retrabalho/desperdício de recursos, ausência de padronização, lacunas na fiscalização e potencial conflito nas decisões.

1.4 Análise de Cenários

De posse dos diagnósticos acerca do funcionamento do Tribunal, foram desenvolvidos três cenários contendo linhas gerais de possíveis alterações a serem propostas para responder aos desafios lançados à gestão, em ordem de complexidade crescente.

Cenário 1 (base)

1	Criação do Programa de Indicadores
2	Início da unificação dos sistemas de fiscalização
3	Projeto-piloto de Fiscalização Integrada
4	Ampliação dos treinamentos (contabilidade, auditoria, PPP)
5	Criação dos núcleos de Fiscalização de TI e de PPP
6	Separação de contas de governo/gestão
7	Decisões em lotes
8	Malha eletrônica por unidade
9	Início de Substituição do Ágiles
10	Concatenação do aniversário do Tribunal com treinamento dos jurisdicionados em nível estadual

Cenário 2 (intermediário)

Cenário 1, acrescido de:

11	Revisão do Quadro Funcional
12	Alteração da carga horária
13	Diminuição do número de gerências
14	Extinção dos cargos de Adjuntos
15	Padronização do horário de funcionamento do TC
16	Concurso para Analistas de Controle

Cenário 3

Cenário 2, acrescido de:

- | | |
|----|---|
| 17 | Fusão das unidades de fiscalização municipal e criação de núcleos baseados em novos processos de trabalho |
| 18 | Incorporação da DIFOP à DAUD e criação de núcleos baseados em novos processos de trabalho |
| 19 | Criação da Diretoria de Fiscalização em substituição à CG, a qual se tornaria responsável pela direção geral das unidades de fiscalização |
| 20 | Ampliação do espaço do edifício Anexo |
| 21 | Revisão do layout das unidades |

O grau de complexidade dos cenários propostos estava correlacionado ao grau de intensidade das alterações normativas necessárias (regimento interno, lei ordinária ou lei orgânica do Tribunal), aos custos, ao tempo e aos processos de trabalho e estrutura física a serem criados ou modificados.

Dos cenários possíveis, pode-se afirmar que, com exceção da fusão ou incorporação das unidades de fiscalização municipal, que sofreram modificação parcial e incorporaram núcleos baseados em novos processos de trabalho, a atual gestão logrou êxito ao realizar as tarefas postas pelo planejamento para o biênio, superando em larga medida o cenário base (Cenário 1) e o cenário intermediário (Cenário 2), ao implementar parte substancial do que foi proposto pelo cenário 3 como se pode verificar na seção seguinte.

2. BALANÇO DA GESTÃO

A dinâmica e o ritmo acelerado pelo qual se sucedem as transformações na sociedade atual podem, claramente, ser identificados como uma marca indelével do nosso tempo. Com profundas implicações sociais, essas transformações também se materializam na própria relação das pessoas – cada vez mais empoderadas de seus direitos e deveres – com a Administração Pública, os seus órgãos e serviços.

Como reflexo deste complexo cenário – com a sociedade mais atenta e vigilante à atuação do poder público – a atuação dos Tribunais de Contas toma uma nova dimensão que não se esgota somente na eficiente fiscalização dos recursos públicos, mas também incorpora, de uma forma definitiva, à sua missão, a necessidade da verificação e a validação da efetividade destes gastos públicos enquanto mecanismo de política pública, com o seu resultado convertido em serviços de qualidade e benefícios para a população.

Foi nessa direção em que se inseriram os esforços da gestão do TCE-PR para o biênio 2015-2016. A gestão que se encerra agora notabilizou-se por importantes avanços institucionais com o objetivo de aprimorar a sua atuação, racionalizando/otimizando os seus processos de trabalho e ampliando os seus mecanismos de transparência para a efetivação do controle social.

A atualização implementada pela Lei Orgânica do TCE-PR (por meio da Lei Complementar n.º 194/16) definiu novos prazos regimentais para denúncias e representações, que agora devem tramitar em regime de urgência. Definiu também mecanismos de racionalização e economia processual, como, por exemplo, o estabelecimento de limites mínimos de valor para fins de instauração de processos ou procedimentos em geral (Valor de Alçada) e o Termo de Ajustamento de Gestão.

Os procedimentos informatizados de fiscalização passam a contar, a partir de agora, com um sistema de “Malha Eletrônica” (Instrução Normativa n.º 122/16) baseado em critérios específicos de fiscalização para identificar

atos, fatos e informações que consistam em indícios de incorreções, riscos à gestão, irregularidades ou ilegalidades de forma concomitante e tempestiva, evitando a ocorrência do dano ao erário ou mitigando as suas consequências.

Uma nova versão do Regimento Interno também foi elaborada, incorporando várias adequações e inovações na estrutura organizacional e nos processos de trabalho do Tribunal. Uma das mais destacadas destas adequações foi a criação da Coordenadoria-Geral de Fiscalização (CGF) como unidade superior responsável pela coordenação do planejamento institucional da fiscalização e supervisão das unidades técnicas de fiscalização.

Como suporte técnico à CGF, foi criado o Núcleo de Apoio à Fiscalização (NAF), responsável pelo seu assessoramento; auxiliando no planejamento e elaboração do Plano Anual de Fiscalização, bem como na fixação das diretrizes de fiscalização, manual ou automatizada.

O NAF é responsável pela interface técnica entre a direção da fiscalização e suas coordenadorias e, também, por garantir que as propostas (inclusive de sistemas – sistemas entendidos como implementação de processos de trabalho coordenados de fiscalização) feitas pelas unidades de fiscalização estejam coordenadas entre si e alinhadas aos objetivos e possibilidades do Tribunal - neste ponto, fazendo também a interface com a DTI e exercendo o papel de “arquitetura corporativa”, atividade comum também nas grandes corporações da iniciativa privada.

Estas novas estruturas institucionais foram fundamentais para que as inovações e mudanças de paradigmas do Plano Anual de Fiscalização de 2016 (PAF-2016) do Tribunal pudessem ser implementadas com sucesso.

O PAF-2016 se propôs a pensar e executar os trabalhos de fiscalização de forma mais integrada, com equipes multidisciplinares envolvendo servidores de todas as unidades de fiscalização do Tribunal, e focando-se em grandes temas da administração pública com impacto importante sobre a vida da população em geral como, por exemplo, a educação, a saúde e a previdência social.

Para orientar a elaboração deste Plano de Fiscalização foi instituído, ainda no ano de 2015, o Programa de Indicadores de Desempenho Municipal que – utilizando-se das capacidades e competência do próprio corpo técnico do Tribunal – desenvolveu metodologia própria e eficiente para a aferição de riscos e orientação dos procedimentos de fiscalização do Tribunal.

No PAF-2016, foi explicitado o conceito de que a fiscalização do TCE-PR deve ser entendida como um conjunto de processos de trabalho realizado em quatro níveis: (i) análise automatizada, com escopo simplificado, em razão de disposição constitucional ou legal; (ii) fiscalização concomitante, atuando em sistema de “malha eletrônica”, com critérios objetivos para seleção dos itens a serem analisados e fiscalizando as entidades de modo macro; (iii) auditorias “*in loco*” de forma integrada, com equipes multidisciplinares, planejadas a partir de indícios e indicadores gerados nos dois níveis anteriores, assim como baseadas em temas relevantes e (iv) atuação de cunho preventivo por meio de treinamentos de boas práticas e procedimentos de controle, com base nos dados estatísticos e indicadores gerados nos três níveis anteriores. Tal conceito denota a necessidade de integração do trabalho entre as unidades e entre os quatro níveis de fiscalização.

Valorizando a competência e a integração do corpo técnico do tribunal, durante esta gestão foi realizada a construção do Plano Estratégico 2017-2021 do TCE-PR. Todos os seus trabalhos foram coordenados por servidores do próprio Tribunal juntamente com uma comissão especialmente criada para esse propósito e contaram, ainda, com a participação ampla e aberta de outros servidores do TCE-PR na discussão de temas relevantes como a identificação de valores da instituição e a análise de ambiente (interno e externo).

Este Plano Estratégico, que aponta os rumos a serem tomados pelo Tribunal, estabeleceu como visão de futuro buscar, cada vez mais, “sermos um Tribunal mais próximo da sociedade, com mais resultados que a beneficiem”. Para cumprir essa missão, o Plano contempla ações que decorrem de três grandes temas estratégicos: Transparência da

Administração Pública, Desempenho da Administração Pública e Desempenho Operacional e da Gestão do TCE-PR. Tais temas orientaram a elaboração de 16 objetivos a serem alcançados identificados por indicadores estratégicos, permitindo, assim, o monitoramento do seu andamento e cumprimento.

Todas essas ações não foram impeditivas para uma considerável redução do estoque de processos do Tribunal em mais de 25%, com destaque para a Coordenadoria de Fiscalização de Transferência e Contratos (COFIT), que reduziu os seus passivos em aproximadamente 40%, e para a Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (COFAP), que reduziu os seus estoques em mais de 30%.

Destaque também para o expressivo aumento verificado nos procedimentos de fiscalização da Coordenadoria de Fiscalização Municipal (COFIM) com crescimento de mais de 300% na emissão de Alertas e Apontamentos Preliminares de Acompanhamento (APAs³), além de um aumento de aproximadamente 14 vezes no número de Comunicações de Irregularidades na comparação com o período anterior⁴.

Abaixo são apresentadas outras importantes ações desenvolvidas durante a gestão do biênio 2015-2016.

2.1 A busca pela transparência e aproximação com a sociedade

Os mecanismos de transparência do TCE-PR tomaram uma nova proporção: com o objetivo de ampliar a transparência pública e facilitar o exercício do controle social, o TCE-PR disponibilizou em seu site na internet, a partir de setembro de 2016, o “Portal Informação para Todos” onde qualquer cidadão pode consultar, dentre outras, diversas informações referentes a despesas, receitas, diárias, contratos, obras e licitações das administrações públicas do Estado do Paraná.

³ Implementado por meio da Instrução Normativa 95/2014.

⁴ Emissão de Alertas: 141 (2013-2014) e 615 (2015-2016); APAs: 359 (2014), 574 (2015) e 850 (2016); Comunicações de Irregularidade: 12 (2013-2014) e 168 (2015-2016)

Desde o lançamento, o PIT mantém uma média de 100 acessos diários. Em dois meses de funcionamento, o portal recebeu cerca de 4.400 usuários, que acessaram quase 30 mil páginas de informações municipais. Dessas consultas, 79% foram realizadas de computadores de mesa, celulares representaram 19% dos acessos e os *tablets*, aproximadamente 2%.

Em novembro de 2016, buscando aprimorar a experiência de navegação e facilitar a consulta a suas informações, o site do Tribunal passou por uma reestruturação, que envolveu desde a mudança na concepção da estrutura da sua página inicial – dando mais ênfase aos conteúdos mais acessados – até a melhor organização dos seus assuntos em menus separados por temas para tornar a busca mais simples e intuitiva.

O compromisso com a transparência do TCE-PR foi reconhecido em dezembro de 2016 quando da publicação do Ranking de Transparência da ENCCLA⁵ - ligada ao Ministério da Justiça e Cidadania – que classificou o Tribunal como o terceiro mais transparente entre as 27 cortes estaduais e a do Distrito Federal do país.

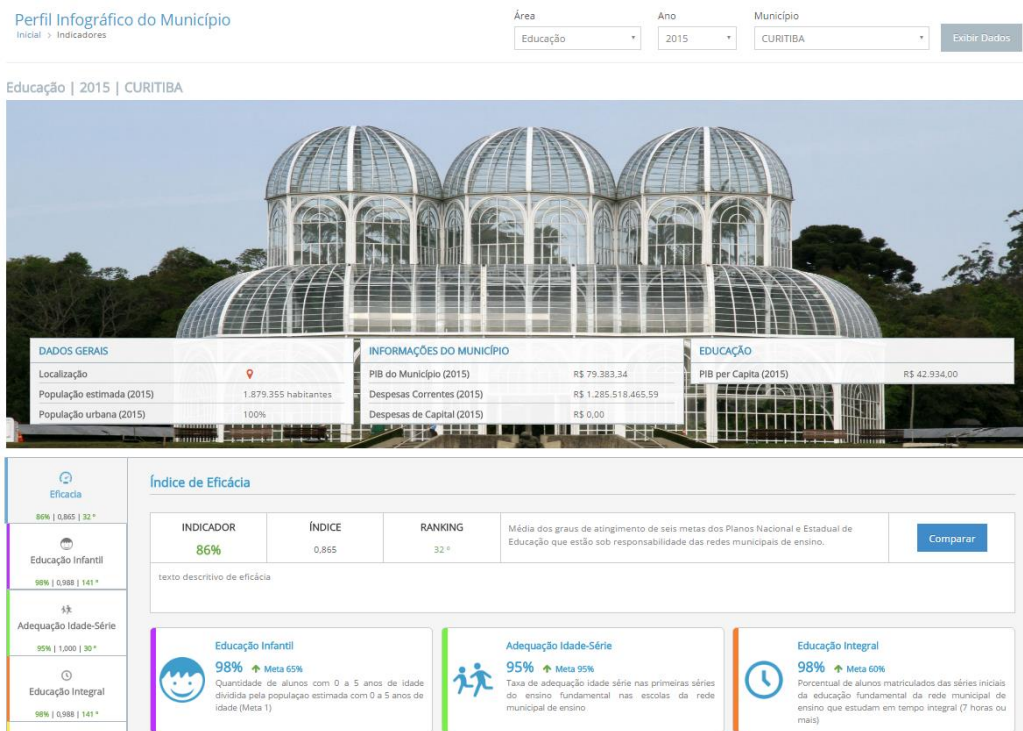
Em breve, o Tribunal também irá disponibilizar o Portal Infográfico dos Indicadores de Desempenho da Educação Municipal do Paraná, com informações sobre o grau de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação por parte dos municípios e a eficiência do gasto público nessa área.

O usuário do Portal terá a sua disposição uma série de informações de fácil visualização na forma de gráficos e mapas e servirá de parâmetro para analisar real situação da educação pública nos 399 municípios paranaenses.

As informações disponíveis são o fruto de uma metodologia desenvolvida pelo Tribunal de Contas nos últimos dois anos para avaliar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos disponíveis ao cidadão paranaense.

⁵ Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Figura – Portal Infográfico dos Indicadores de Desempenho da Educação Municipal



2.2 A Prevenção pela Capacitação

A Escola de Gestão deve auxiliar o Tribunal de Contas do Estado do Paraná na sua missão de fiscalizar a gestão dos recursos públicos. Essa foi a premissa que norteou todos os trabalhos realizados em 2015-2016, que tiveram como objetivo prover o conteúdo necessário para a prevenção dos erros na gestão pública e aperfeiçoar o conhecimento de nossos servidores para as atividades de fiscalização.

A Escola buscou uma aproximação com as coordenadorias de fiscalização, para identificar as necessidades de capacitação dos analistas e as principais dificuldades dos jurisdicionados.

Nova forma de comunicação

Para alcançar os objetivos, a Escola passou por um processo de fortalecimento de sua imagem perante os fiscalizados e, sobretudo, dentro da própria Casa. Assim, adotou-se uma nova política de divulgação e *marketing* da unidade e de suas atividades, com a consequente alteração da logo e de todo material gráfico e publicitário.

Busca constante pela qualidade

Buscou-se a qualidade em todas as etapas dos serviços prestados. A reformulação do site, tornando-o mais amigável, a política de atendimento ao público e aos professores foram apenas algumas das várias ações realizadas para esse fim.

Como o negócio da Escola é a capacitação, mais atenção foi dada para a qualidade dos cursos ofertados. Os servidores da Casa foram capacitados em eventos criados especialmente para atender às suas necessidades e ministrados por professores que são referências em suas áreas: Ministro Luiz Edson Fachin (STF), Ministro Benjamin Zymler (TCU) e Marçal Justen Filho, dentre outros, estiveram presentes em eventos realizados pela EGP.

Nova relação com os professores

Como os cursos realizados para os fiscalizados são ministrados pelos servidores da casa, a Escola buscou a profissionalização do seu corpo docente interno.

Primeiramente, a EGP foi responsável pela elaboração inicial do projeto da resolução que regulamentou as atividades de capacitação no Tribunal e o pagamento da gratificação da hora-aula (Resolução 54/2016).

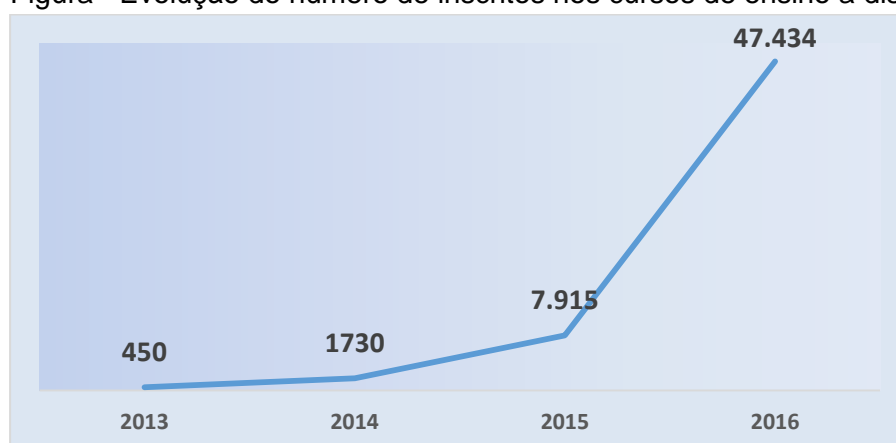
Paralelamente, foi formada a escola de professores, na qual os servidores foram capacitados para o exercício da docência (ex: cursos de oratória).

Por fim, os professores foram rigorosamente avaliados e os resultados sempre entregues com o *feedback* individualizado sobre as oportunidades de melhorias. Conseguiu-se, assim, um aumento substancial da avaliação do corpo docente.

Consolidação do ensino a distância

A Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Paraná - EGP, ao longo dos últimos anos, ampliou substancialmente os investimentos nos cursos a distância (EAD), tornando-os, em 2016, a principal plataforma para disseminação do conhecimento. Em 2013, o EAD representava apenas 5% das capacitações e, em 2016, representou 80%.

Figura - Evolução do número de inscritos nos cursos de ensino a distância



Diante deste quadro, a Escola de Gestão do TCE-PR buscou o aprimoramento do modelo de ensino a distância, com a implementação de um conjunto de ações que tornou a capacitação a distância mais eficiente na prevenção dos erros na gestão pública.

Em determinados eventos, os alunos cursaram as aulas na plataforma *on-line*, nas quais os conceitos teóricos necessários foram devidamente abordados. Após as aulas, os participantes foram submetidos a uma avaliação final, cuja aprovação foi requisito para emissão do certificado e, sobretudo, serviu como condição necessária para que o aluno pudesse

participar dos encontros presenciais realizados pela Escola de Gestão em todas as regiões do Estado do Paraná.

A qualidade desta nova metodologia foi reconhecida nacionalmente e consagrou o TCE-PR como referência nacional no ensino a distância: concorrendo com escolas dos Tribunais de Contas, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de todo o Brasil, a EGP recebeu da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL o Prêmio de Educação a Distância.

Grandes eventos

Ao longo do biênio, foram realizadas mais de 699 ações (presenciais e a distância). Destacam-se, no entanto, pelo número de participantes e pelo esforço organizacional empregado o I Fórum de Controle Externo e a I Semana de Controle Externo – SECONEX.

O I Fórum, evento realizado por ocasião da comemoração dos 69 anos do TCE-PR, reuniu mais de 1600 participantes que foram capacitados em 6 painéis, nos quais 46 professores de destaque nacional abordaram os principais temas relacionados ao controle externo. Foi o maior evento da história do Tribunal.



Na I SECONEX, a Escola realizou em uma semana (dias 07 a 11/11/2016), simultaneamente, oito cursos em oito cidades, totalizando 80 horas de capacitação.

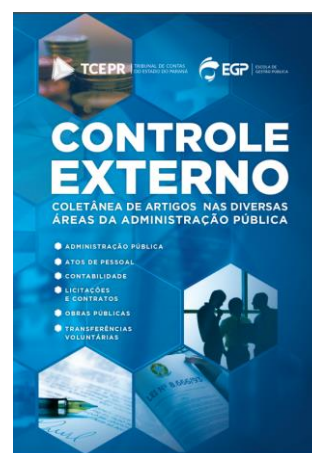
Publicações

Além dos eventos, a capacitação também foi realizada com livros, manuais e cartilhas: os gestores municipais foram orientados sobre os cuidados relacionados ao fim de mandato - Manual de Encerramento de Mandato.

Os novos gestores foram orientados pela cartilha Início de Mandato: Orientação aos Gestores Municipais.

O Manual de Obras foi criado para orientar contratações e fiscalizações de obras públicas

Por fim, como resultado advindo dos valiosos encontros pedagógicos realizados ao longo do biênio, foram compilados, no livro “Controle Externo”, diversos artigos que apresentam o importante registro do posicionamento teórico de vários autores convidados do 1º Fórum de Controle Externo do TCE-PR.



Resultados alcançados

Como consequência de todas as ações realizadas, os resultados alcançados foram inéditos e expressivos: ao todo, foram 76.596 inscritos nos 669 eventos de capacitação realizados:

QUADRO RESUMO – ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO						
AÇÕES	N.º AÇÕES		PARTICIPANTES		CARGA HORÁRIA	
	2015	2016	2015	2016 ⁶	2015	2016
Programa de Capacitação - Jurisdicionados	48	46	6282	8946	347	507
Outros Eventos	14	22	568	772	38	35
Programa de Capacitação – Servidores do TCE em Eventos Externos	90	65	262	186	5891	5246
Programa de Capacitação – Servidores do TCE em Eventos Internos	31	37	1785	1942	234	618
EGP Online	28	156	7915	47434	302	1019
Participação de Servidores em Outras Ações	16	18	28	28	-	-
Participação de Servidores como Palestrantes	70	58	158	290	475	514
TOTAL	297	402	16.998	59.598	7287	7939

Nacionalização da Escola

Além de alcançar todas as regiões do Paraná, os cursos realizados pela EGP levaram o nome do Tribunal de Contas do Paraná para o Brasil inteiro: servidores e sociedade civil de todos os estados e o distrito federal se beneficiaram dos eventos de capacitação oferecidos pelo TCE-PR.

⁶ Informações atualizadas até 15/12/2016

UFS	Inscritos	UFS	Inscritos
GO	857	PA	267
AC	93	PB	105
AL	280	PE	419
AM	84	PI	46
AP	190	RJ	334
BA	1.084	RN	177
CE	293	RO	106
DF	282	RR	71
ES	108	RS	757
MA	189	SC	596
MG	11.969	SE	230
MS	225	SP	1.014
MT	168	TO	104

A qualidade dos cursos oferecidos e os expressivos números alcançados posicionaram o Tribunal de Contas do Paraná como referência nacional de educação corporativa.

2.3 Tecnologia da informação a serviço das fiscalizações do Tribunal

O TCE vem crescendo consideravelmente no uso de TI, principalmente na última década. Este crescimento não se restringe apenas ao volume de novos sistemas que são lançados e que exigem manutenção, mas principalmente na complexidade tecnológica envolvida.

Separar recursos e tempo para aprimorar os sistemas e serviços de infraestrutura é fundamental para continuar evoluindo e mantendo o legado de forma rápida e eficiente. Por analogia à construção civil, é preciso ter fundações sólidas e um adequado projeto de arquitetura para se criar um imóvel funcional e harmonioso.

Considerando esta necessidade premente, no início de outubro de 2015, por meio da Portaria 843/15, foi instituído o Programa de Aprimoramento em Tecnologia da Informação. O programa atinge principalmente sistemas de infraestrutura, como os serviços de mensageria,

gerenciador de documentos, repositório documental (ECM), gerenciador de regras, entre outros.

Um dos produtos mais importantes deste programa foi o desenvolvimento da “Malha Eletrônica” que se constitui em um conjunto de sistemas informatizados integrados para análise gerenciável de dados em uma sistemática que amplia e aperfeiçoa a fiscalização preventiva e concomitante, aplicando mais racionalidade em termos de custo/benefício e permitindo a construção de indicadores e rastreabilidade de todas as etapas.

O gerenciamento das inúmeras atividades da Malha Eletrônica ocorre por meio do **Painel de Atividades** que – de operação simples e amigável – tem a missão de centralizar, em uma única aplicação, as diversas atividades dos técnicos do Tribunal.

Outro produto desenvolvido no projeto foi o **novo Sistema SGA** que viabiliza a interface para gerenciamento das comunicações com as entidades de modo automatizado e semi-automatizado em relação às ações da Malha Eletrônica. Sem alterar a interface e o modo de trabalho do jurisdicionado, o SGA foi preparado para abarcar as alterações que se fizeram necessárias com a implantação da Malha Eletrônica. O trabalho todo foi feito visando o menor impacto possível para o usuário das entidades.

Desde 21 de outubro de 2016 a Malha Eletrônica está em funcionamento em relação à transferências voluntárias. Os números atualizados até novembro apontam 351 entidades verificadas, 6.266 Transferências Voluntárias analisadas, contemplando 58.110 validações executadas, gerando 1.965 advertências às entidades e 35 Apontamentos Preliminares de Achados.

Está previsto ainda para este mês de dezembro a conclusão das etapas necessárias para fazer frente ao processo de trabalho proposto pelas Inspetorias.

A seguir, são apresentados outros destacados projetos de TI desenvolvidos durante a gestão do biênio 2015-2016:

- **Sistema de Jurisprudência:** projeto instituído para o desenvolvimento de sistema para cadastro, gerenciamento e pesquisa da jurisprudência do Tribunal destinado ao uso interno e externo. A primeira etapa, módulo Tesouros, já está concluída. O módulo se destina a uma organização de termos e respectivos relacionamentos. Encontra-se em desenvolvimento o módulo de edição que engloba três fases. A próxima etapa será desenvolver o portal de consulta.
- **Desenvolvimento do Sistema Maestro (Controlador de Fluxo):** sistema responsável por gerenciar a distribuição e o controle das atividades nas unidades. A construção deste software, não é o único, mas um dos principais passos para a substituição do Ágiles. A primeira fase foi concluída em julho de 2016 e já está atendendo aos Sistemas da Malha Eletrônica;
- **O novo Sistema Analisador Genérico:** desenvolvido no programa de aprimoramento, constitui-se numa evolução do sistema responsável pela automatização das análises, que permite rastrear, emitir documento, exportar resultados, gerenciar as regras aplicadas, gerar relatórios operacionais e gerenciais e demais funções correlatas. Esta nova versão também possibilita realizar a análise sem a vinculação a processos. A primeira fase foi concluída em agosto de 2016 e já está em uso pelos Sistemas da Malha Eletrônica;
- **Novo Sistema de Controle de Identidade e Acesso:** a partir de uma evolução do controle de acesso atual, esta nova versão aprimora o controle, permitindo a integração do acesso entre os diversos sistemas, internos e externos, evitando que o usuário tenha de se identificar toda vez que acessa um sistema diferente. O projeto foi finalizado em junho de 2016 e está em uso nos Sistemas da Malha Eletrônica. Essa versão viabilizará a centralização do acesso aos sistemas no Portal do TCE-PR pelas entidades;
- **Serviço Informatizado de Mensageria:** grupo de serviços responsável pelo envio e recebimento de mensagens a usuários internos e externos, de forma padrão e gerenciável. Este serviço traz

agilidade e padronização no desenvolvido de sistemas pelo Tribunal. O software foi concluído em junho de 2016 e também está atendendo aos Sistemas da Malha Eletrônica.

- **Aprimoramento do Sistema Integrado de Atos de Pessoal-SIAP, com o lançamento de novos módulos:**
 - SIAP Pensão;
 - SIAP Quadro de Cargos, Empregos e Funções;
 - SIAP Histórico Funcional dos Servidores;
 - SIAP Folha de Pagamento;
 - SIAP Admissão - permitindo a análise prévia e concomitante dos processos seletivos.

- **O novo Sistema de Cadastro de Pessoas – SICAD:** Implantado no final de agosto de 2016, trata-se de um importante aperfeiçoamento, pois a qualidade do cadastro influencia diversos outros sistemas e serviços da Casa. As principais evoluções da aplicação foram a integração com a Receita Federal e o novo modelo de classificação jurídica.

- **Aprimoramento do sistema SEI-CED:** Em 2015 foram desenvolvidos os módulos de licitações, contratos, controle interno, o sistema Analisador de PCAs para 53 entidades estaduais e mais de 50 relatórios e a sustentação dos módulos em produção que consome várias horas de trabalho. Já em 2016, foram desenvolvidos o sistema Analisador PCAs Empresas, demonstrativos da LRF, os layouts 2017, diversos relatórios, várias regras de fechamento e uma considerável adaptação estrutural para atender às Inspetorias, além do suporte aos módulos em funcionamento.

- **Novo Analisador COFIM:** O projeto iniciou em novembro de 2015 visando à evolução do Sistema Analisador utilizado para análise de processos de prestações de contas municipais - PCAs pela COFIM, de forma a ampliar o nível de automação das análises e a promover atualização tecnológica. Contempla ainda a automação integral da

emissão de Análise de Gestão Fiscal e de Alertas. Um grande avanço trazido pelo projeto, já divulgado na Casa, foi a automação integral da Análise de Gestão Fiscal – AGF dos 399 municípios do Estado, constituindo um importante ganho, seja pela economia no uso de mão de obra, seja pelo fato de as análises serem realizadas de modo mais tempestivo.

- **Sistema EGP – SISEGP:** o projeto se iniciou em dezembro de 2015 para o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento dos eventos realizados pela Escola de Gestão, abrangendo desde a fase do planejamento do evento até a sua conclusão e atividades pós-evento (emissão de certificado, anotação em ficha funcional, etc). Os módulos Planejamento da EGP, Planejamento de Eventos, Inscrições em eventos presencial e o aplicativo de coleta automatizada de presença já foram concluídos. Encontra-se em desenvolvimento o portal do aluno e ainda a integração com a plataforma *Moodle*, para ser possível publicar o módulo de inscrições em eventos online.

2.4 Valorização do Corpo Técnico

- **Durante esta gestão foi instituído o novo Plano de Carreira dos Servidores do Tribunal (Lei Estadual n.º 18.691 de 2015):** tornando a carreira mais atrativa e homogênea, reduzindo de 35 para 28 anos o tempo para alcançar o topo remuneratório e corrigindo distorções no cálculo dos adicionais por tempo de serviço.
- **Aperfeiçoamento da Avaliação de Desempenho 270 graus:** onde os servidores são avaliados por seus colegas de trabalho, em complemento à avaliação feita por eles mesmos e pelo gestor.
- **Indenização de licenças especiais e férias.**

2.5 Realização de novos concursos públicos

- **Concurso Público para Auditor (Conselheiro Substituto):** depois de mais de uma década do último concurso, foi realizado concurso público do TCE-PR para o cargo de Auditor (4 vagas).
- **Concurso Público para Analista de Controle Externo nas áreas de:** Administração, Arquitetura, Atuarial, Comunicação Social, Contábil, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Tecnologia da informação, Jurídica (12 vagas).

2.6 Cuidado e zelo com o Patrimônio

Durante esta gestão, a Diretoria Administrativa realizou diversas obras de reforma e manutenção no patrimônio do TCE-PR envolvendo desde a revitalização de suas características arquitetônicas, até reformas internas para ampliar o conforto e qualidade das suas instalações.

Abaixo são apresentadas as fotos contendo o “antes” e o “depois” de algumas obras e reformas realizadas durante este biênio.

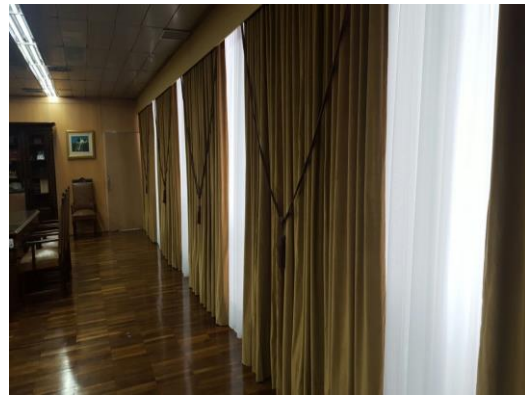


Sala da Presidência

Antes



Depois



Restauração da Cobertura do Plenário

Antes



Depois



Revitalização das Marquises do Prédio

Antes



Depois



Reforma da Passarela (Lado externo)

Antes

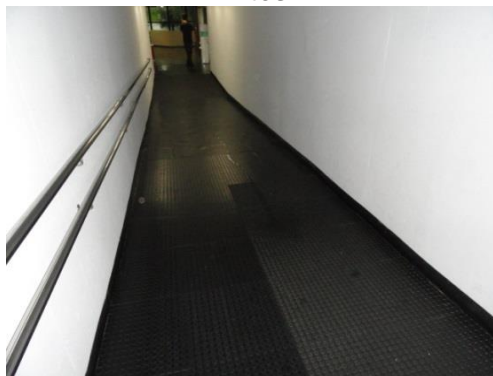


Depois

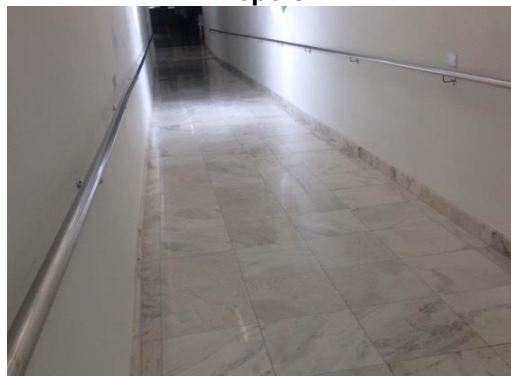


Reforma da Passarela (Lado Interno)

Antes



Depois

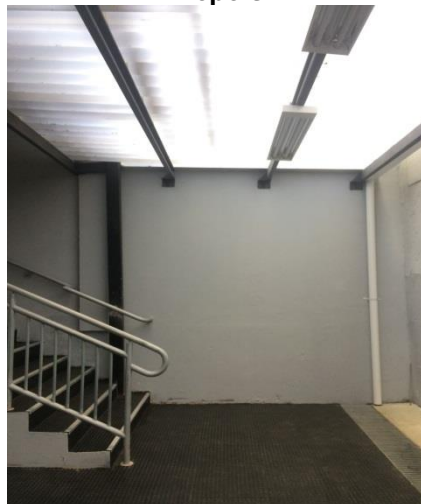


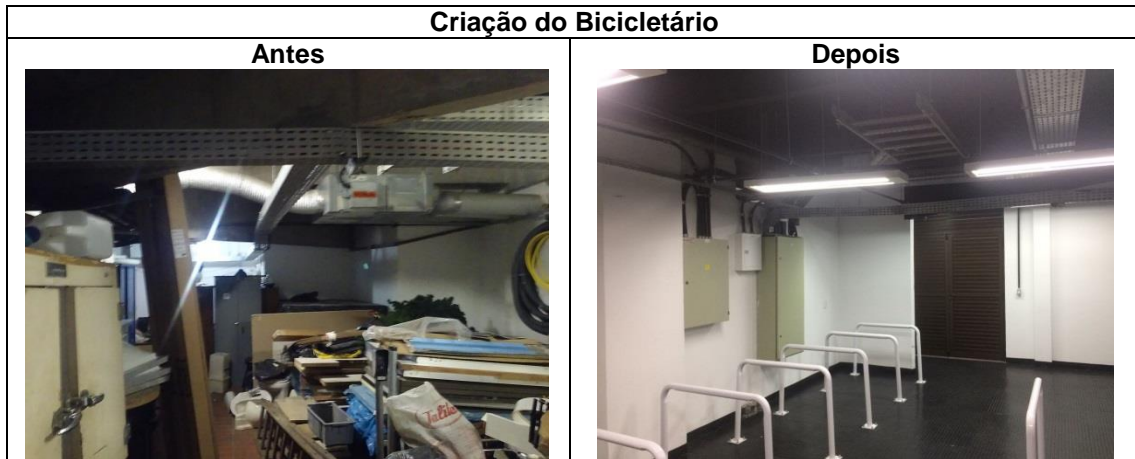
Restauração da Oficina

Antes



Depois





**Alteração do layout e espaço físico de unidades técnicas
COFOP**

Antes



Depois



Criação de um novo espaço para a Biblioteca

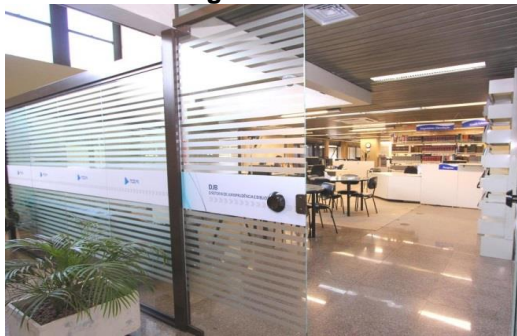
Antes (antiga capela)



Depois



Antiga Biblioteca



Estacionamento

Antes



Depois



- Segurança e Sustentabilidade:
 - ✓ Aperfeiçoamento do sistema de monitoramento;
 - ✓ Implementação de normas de segurança (linha de vida, pontos de ancoragem, NR-18);
 - ✓ Grades de proteção para os aparelhos de ar condicionado;
 - ✓ Colocação de lâmpadas de LED para economia de energia.
 - ✓ Renovação da frota de carros, priorizando a segurança dos servidores.

- Outras ações:
 - ✓ Aquisição de novos mobiliários (mais ergonômicos);
 - ✓ Compra de material de informática para as unidades administrativas e ICEs.

2.7 Melhoria dos Mecanismos e Procedimentos de Fiscalização

- **Julgamento em lista dos atos de pessoal:** com a resolução nº 50/2015, os processos considerados regulares pelo SIAP são agora encaminhados diretamente para homologação do Conselho Presidente, simplificando o trâmite processual.
- **Despacho de Homologação de Benefícios (DHB):** atos de inativação e os processos de pensão encaminhados eletronicamente e considerados regulares pela unidade técnica são agrupados em lotes e recebem um ato único chamado de Despacho de Homologação de Benefício.
- **Padronização dos procedimentos fiscalizatórios dos atos de contratação de bens e serviços municipais:** visando uma

sistemática consolidada de fiscalização, e não mais de maneira circunstancial.

- **Criação do Núcleo de fiscalização de Regimes Próprios de Previdência (NRPPS):** para o acompanhamento das gestões municipais por meio de fiscalizações específicas, evitando a má gestão dos recursos previdenciários.
- **Criação do Núcleo de fiscalização de Parcerias Público-Privadas (NPPP):** onde profissionais capacitados irão fiscalizar preventivamente as PPPs.
- **Criação do Núcleo de auditoria na área de tecnologia da informação – NAUTI:** núcleo especializado de fiscalização em Tecnologia da Informação, área que concentra informações críticas para a decisão e o controle da Administração Pública.
- **Utilização de procedimentos de Levantamento como suporte ao planejamento de auditorias:** como exemplo, foram realizados os levantamentos das terceirizações municipais nas áreas jurídicas, contábil e de tecnologia de informação (portarias nº (s) 307/15 e 570/15, processo nº 143031/15), o Levantamento da Governança de TI nos municípios paranaenses (2016) e o Estudo de Viabilidade Municipal (portaria nº 762/2015).
- **Utilização de projetos piloto para teste de novos processos de trabalho:** seguindo tendência internacional de boas práticas da Administração Pública, ao iniciar o desenvolvimento de mudanças estruturais relevantes, buscou-se efetuar primeiramente procedimentos de teste e medição de resultados de forma a corrigir rumos e evitar distorções a um custo mais baixo e de forma tempestiva. Um exemplo desse procedimento foi o projeto piloto das fiscalizações integradas, realizado em 2015.

2.8 Acompanhamento de decisões

- **Certidão de Pendências:** consulta on-line por CPF ou CNPJ de todas as pendências junto ao TCE-PR.
- Inédito relatório comparativo dos Pareceres Prévios emitidos pelo TCE-PR e o julgamento das Contas pelas Câmaras Municipais (2007 a 2014).

2.9 Procedimentos Internos de Contratação

- **Padronizações de editais:** elaboração de modelos que uniformizam entendimentos e agilizam as contratações.
- **Nova metodologia de gestão e fiscalização dos contratos administrativos:** auxilia os fiscais de atas e contratos, evitando falhas na execução e subsidiando os processos de apuração de irregularidades contratuais.
- **Ampliação da utilização do Pregão Eletrônico:** Para ampliar a concorrência, transparência e proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa à Administração, ampliou-se a utilização do pregão na forma eletrônica. Como resultado, obtivemos uma redução dos custos operacionais e financeiros, implicando numa economicidade de 9 milhões de reais na contratação da prestação de serviços terceirizados e aproximadamente 5 milhões de reais nos demais certames.

3. TCE EM NÚMEROS

Números importantes que refletem a amplitude da atuação do TCE-PR no biênio 2015-2016:

TCE EM NÚMEROS	Ano 2015	Ano 2016
ENTRADA DE PROCESSOS		
Quantidade de processos autuados (todos os assuntos)	20.369	20.970
PRODUÇÃO DE ATOS NA FASE INSTRUTIVA		
Instruções publicadas em prestações de contas de âmbito estadual	287	389
Instruções publicadas em prestações de contas de âmbito municipal	2.872	3.897
Instruções publicadas em prestações de contas de transferências voluntárias	3.539	2.283
Instruções e pareceres publicados em processos de atos de pessoal	19.084	28.793
PRODUÇÃO DE ATOS NA FASE MINISTERIAL		
Pareceres publicados na fase ministerial	16.050	15.992
DECISÕES PUBLICADAS		
Processos baixados por meio de decisões publicadas (acórdão, acórdão de parecer prévio, decisão definitiva monocrática e certificado de registro de benefício)	15.722	20.215
Emissão de certidões liberatórias	25.058	20.876
CAPACITAÇÕES		
Capacitações para jurisdicionados: n.º de participantes em cursos presenciais	6.282	8.750
Capacitações para servidores: n.º de participantes em cursos presenciais internos e externos	2.047	1.910
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL		
Dotação orçamentária para o ano (atualizada)	R\$ 390.134.700,00	R\$ 507.971.313,00
Despesas empenhadas no período	R\$ 254.028.260,11	R\$ 353.709.152,82
Despesas liquidadas no período	R\$ 248.642.604,14	R\$ 304.695.746,84

Adicionalmente aos números destacados acima, constam no quadro abaixo as condenações em débito e a aplicação de multas, no qual são considerados os valores das sanções pecuniárias aplicadas pelo TCE nos anos de 2015 e 2016:

CONDENAÇÕES E APLICAÇÕES DE MULTAS – Ano 2015				
SANÇÕES POR ERÁRIO	ERÁRIO	QTDE.	VALOR APLICADO (R\$)	VALOR RECOLHIDO (R\$)
Multa Administrativa	Estadual	790	910.693,33	715.259,10
Multa por Infração Fiscal	Estadual	3	56.871,27	341,75
Multa Proporcional ao Dano	Estadual	20	909.823,75	62.840,76
Restituição de Valores	Estadual	23	1.492.447,93	6.194.723,25
Restituição de Valores	Municipal	196	35.533.856,15	2.369.613,99
TOTAL		1.032	38.903.692,43	9.342.778,85

Tabela - Condenações no ano de 2015.

CONDENAÇÕES E APLICAÇÕES DE MULTAS – Ano 2016				
SANÇÕES POR ERÁRIO	ERÁRIO	QTDE.	VALOR APLICADO (R\$)	VALOR RECOLHIDO (R\$)
Multa Administrativa	Estadual	888	1.206.076,54	662.230,55
Multa por Infração Fiscal	Estadual	1	34.562,39	10.412,55
Multa Proporcional ao Dano	Estadual	23	8.404.860,49	30.688,26
Restituição de Valores	Estadual	50	4.601.481,43	2.946.196,71
Restituição de Valores	Municipal	216	68.875.449,91	1.584.665,65
TOTAL		1.178	83.122.430,76	5.234.193,72

Tabela - Condenações no ano de 2016.

A seguir, consta a tabela com as quantidades de registros por irregularidades, constatadas no período.

IRREGULARIDADES REGISTRADAS	2015	2016
Dano ao erário – decorrente de ato de gestão	2	2
Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores	1	17
Desvio de finalidade	1	5
Infração à norma legal ou regulamentar	265	232
Omissão no dever de prestar contas	24	9
TOTAL	293	265

Tabela - Irregularidades 2015-2016.

4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O controle externo é exercido pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), conforme preceitua o art. 74 da Constituição Estadual. Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCE auxiliá-la na fiscalização da administração pública por meio de inspeções e auditorias, acompanhando a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de metas das unidades administrativas dos poderes públicos e, ainda, dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Desta forma, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da administração pública, fiscalizando, também, obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, do mesmo modo que outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

Tal acompanhamento visa à verificação dos atos quanto à legitimidade e à economicidade, assim como quanto aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade.

Cabe destacar que, para fins de fechamento deste relatório, considerou-se o dia **12/12/2016** como data de corte para os gráficos de atuação de processos e de produção de atos.

4.1 Processos Autuados e Distribuídos

Processos Autuados

No biênio, a quantidade de processos autuados está demonstrada no gráfico abaixo:

Processos Atuados por Ano



Gráfico - Processos atuados.

No gráfico a seguir, consta a autuação categorizada com os 20 principais assuntos durante a gestão:

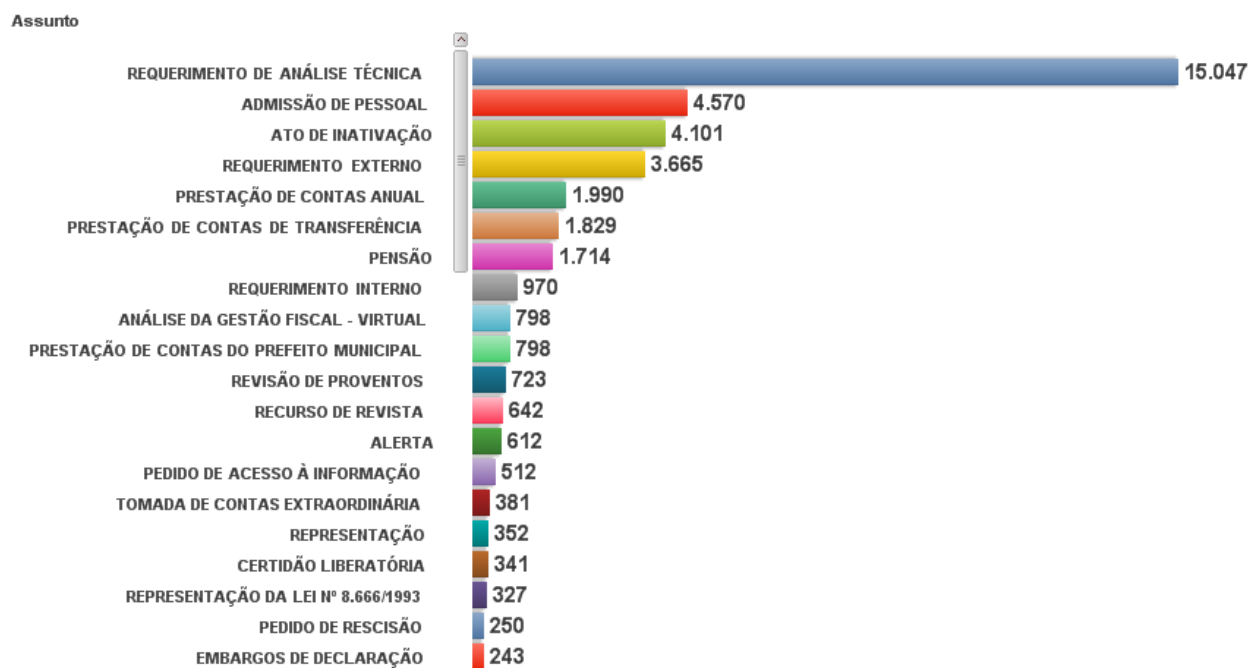


Gráfico - Autuação de processos por assunto.

Processos Distribuídos

Os processos autuados no período foram **distribuídos** da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS		
Relator	Resumo da Distribuição de Processos por Relator	
CONSELHEIRO	2015	2016⁷
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	5.394	1.388
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO ⁸	544	1.010
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES	1.361	1.253
IVAN LELIS BONILHA	1.149	2.423
IVENS ZSCHOERPER LINHARES	2.512	1.713
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL	3.885	1.712
NESTOR BAPTISTA	2.146	1.289
AUDITOR	2015	2016
CLAUDIO AUGUSTO CANHA	1.261	860
SERGIO RICARDO VALADRES FONSECA ⁹	1.247	823
THIAGO BARBOSA CORDEIRO	1.252	826
TIAGO ALVAREZ PEDROSO ¹⁰	-	137
TOTAL	20.751	13.434

Tabela - Distribuição de processos 2015-2016.

⁷ Resultados apurados até 11/11/2016. Em 2016 foi implementado o requerimento de análise técnica (procedimentos que entram no Tribunal sem a necessidade de relatoria).

⁸ Afastado em 27/06/2014. Reassumiu em 30/09/2015.

⁹ Afastado por licença de saúde de 22/10/2015 a 18/12/2015.

¹⁰ Tomou posse como Auditor do TCE-PR em 20 de junho de 2016.

4.2 Fiscalização das Contas de Âmbito Estadual

O gráfico apresenta o comparativo da quantidade de instruções publicadas pelo Tribunal em prestações de contas de âmbito estadual em 2015 e 2016.

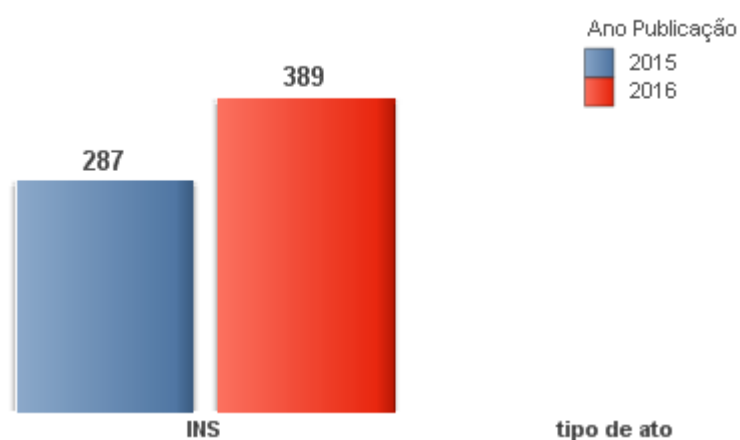


Gráfico - Comparativo de instruções publicadas em prestações de contas de âmbito estadual.

4.3 Fiscalização das Contas de Âmbito Municipal

No que tange à publicação de instruções pela Casa em prestações de contas de âmbito municipal ao longo da gestão, apresentamos o gráfico abaixo.

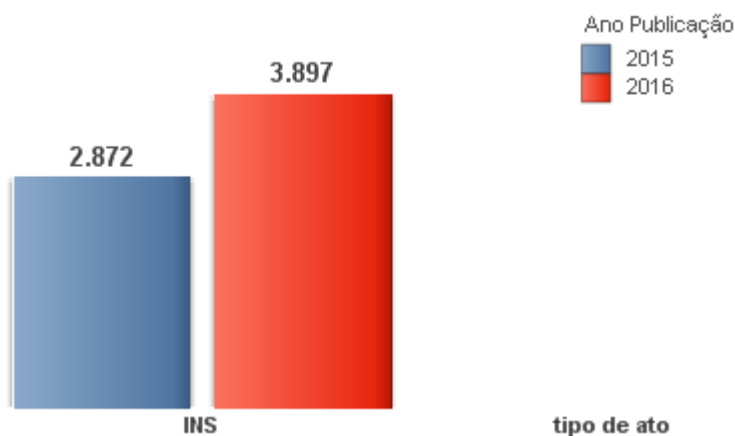


Gráfico - Comparativo de instruções publicadas em prestações de contas de âmbito municipal.

4.4 Fiscalização das Transferências Voluntárias

Em relação às prestações de contas de transferências voluntárias, o gráfico abaixo representa as instruções publicadas pelo Tribunal na gestão que se encerra.

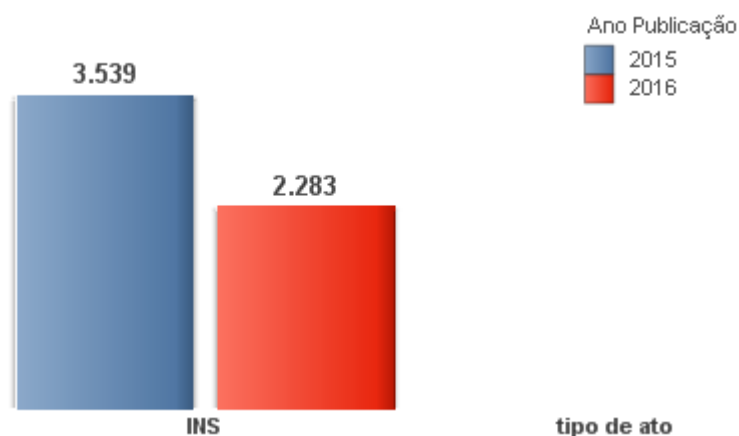


Gráfico - Comparativo de instruções publicadas em prestações de contas de transferências voluntárias.

4.5 Apreciação dos Atos de Pessoal para Fins de Registro

Ao longo da gestão, a publicação de pareceres e de instruções em processos de atos de pessoal para fins de registro, na fase instrutiva, foi apresentada do seguinte modo pela Casa.

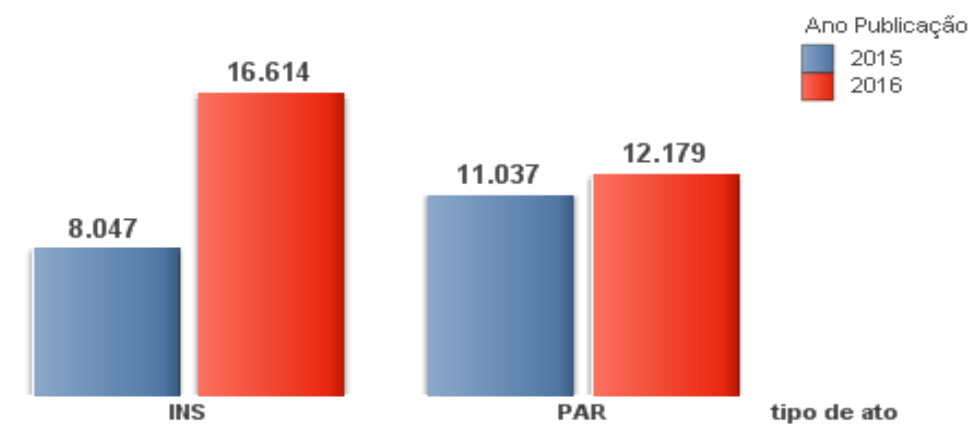


Gráfico - Pareceres e instruções publicadas em processos de atos de pessoal (fase instrutiva).

4.6 Atuação do Ministério Público Junto ao TCE-PR

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MPjTC) tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Ao longo do ano do biênio, a produção de pareceres conclusivos pelo MPjTC está ilustrada no gráfico:

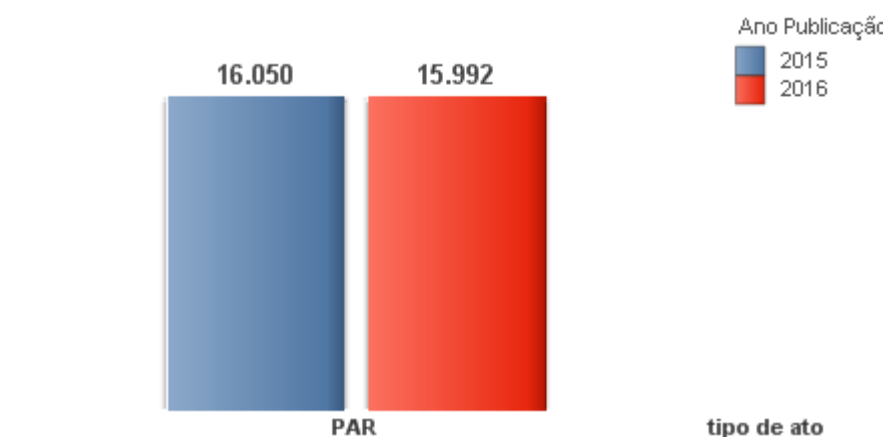


Gráfico - Comparativo de pareceres publicados pelo MPjTC

4.7 Decisões Publicadas

Os atos considerados como decisões em processos são os Despachos de Homologação de Benefício, os Acórdãos, os Acórdãos de Parecer Prévio e as Decisões Definitivas Monocráticas.

No que se refere a esta última modalidade, poderão ser proferidas pelo relator com vistas a decidir o mérito com a instrução do processo nos seguintes casos:

- Em transferências voluntárias, em atos de pessoal e em pedidos de certidão liberatória quando a instrução técnica e o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas forem pela regularidade das contas;
- Em alertas, conforme previsto no § 1º, do art. 286 do Regimento Interno do TCE.

Em relação aos Despachos de Homologação de Benefício, conforme a alteração inovada pela Resolução n.º 50/2015, os atos de inativação encaminhados eletronicamente e considerados regulares serão homologados pelo Presidente (art. 299-A do Regimento Interno).

Em relação ao Parecer Prévio, este será aprovado pelo órgão colegiado competente mediante Acórdão de Parecer Prévio, pelo qual o Tribunal manifesta sua apreciação acerca das contas de governo prestadas pelos chefes dos Poderes Executivos municipais e estadual, que serão encaminhadas, após o trânsito em julgado, ao respectivo Poder Legislativo competente para o julgamento.

No gráfico a seguir, consta a quantidade de processos baixados (encerrados) por meio de decisões definitivas, considerando Decisões Definitivas Monocráticas (DDM), Acórdãos (ACO), Certidão de Regularidade de Benefício (CRB) e Acórdão de Parecer Prévio (PPR) para o biênio:

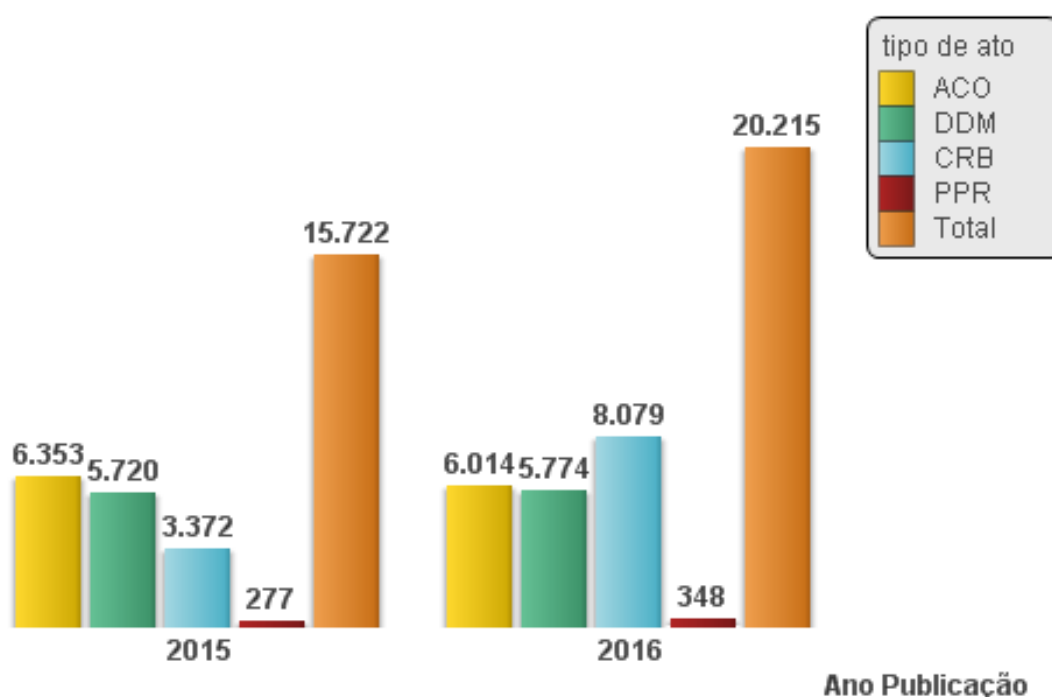


Gráfico - Processos baixados por meio de decisão

A seguir, consta a produção de decisões categorizadas por relator nos anos de 2015 e 2016:

RELATOR	TOTAL de decisões por relator	
CONSELHEIRO	Ano 2015	Ano 2016
Artagão de Mattos Leão	1.317	1.539
Fábio de Souza Camargo ¹¹	320	1.120
Fernando Augusto Mello Guimarães	1.351	1.514
José Durval Mattos do Amaral	1.692	1.724
Ivan Lelis Bonilha ¹²	143	106
Ivens Zschoerper Linhares	1.767	2.069
Nestor Batista	1.447	1.744
AUDITOR	Ano 2015	Ano 2016
Cláudio Augusto Canha	1.754	806
Sérgio Ricardo Valadares Fonseca ¹³	986	491
Tiago Alvarez Pedroso ¹⁴	-	26
Thiago Barbosa Cordeiro	1.573	997
TOTAL	12.350	12.136

Tabela - Decisões publicadas.

A propósito, vale destacar que, no biênio, foram assinados **54** Despachos de Homologação de Benefício (DHB), os quais contemplaram **11.451** processos de atos de pessoal com a decisão final, ou seja, com a apreciação para fins de registro.

¹¹ Afastado em 27/06/2014. Reassumiu em 30/09/2015.

¹² Conselheiro presidente no biênio 2015/2016.

¹³ Afastado por licença de saúde de 22/10/2015 a 18/12/2015.

¹⁴ Tomou posse em junho de 2016.

4.8 Emissão de Certidões Liberatórias

A emissão de certidões liberatórias, para fins de habilitação ao recebimento de transferências e realização de operações de crédito de qualquer natureza, pelo Poder Executivo Municipal e Estadual, está condicionada ao preenchimento dos requisitos legais contidos nos artigos 289 a 297 do Regimento Interno e em demais atos normativos do Tribunal.

Em 2015, foram emitidas **25.058** Certidões Liberatórias, segundo dados colhidos junto ao Sistema de Trâmite do TCE-PR. Já em 2016, foram emitidas **20.876** Certidões Liberatórias (até a data de 11/11/2016).

4.9 Atividades de Fiscalização

ANO 2015

Conforme o planejado para 2015, o TCE-PR definiu uma meta de 312 procedimentos de fiscalização. Foram auditorias de conformidade, auditorias operacionais, inspeções, levantamentos, acompanhamentos e monitoramentos, realizados em órgãos da administração municipal e estadual, bem como em entidades do terceiro setor que recebem recursos públicos em todas as regiões do Estado.

O Plano Anual de Fiscalização (PAF) é instrumento gerencial de planejamento anual das ações de fiscalização a serem realizadas no exercício e reúne as ações de fiscalização propostas pelas seis unidades técnicas e as seis Inspetorias de Controle Externo em atividade no Tribunal. Enquanto as unidades técnicas estão encarregadas de segmentos da administração como obras públicas, repasses por meio de convênios, contas municipais e atos de pessoal, as Inspetorias de Controle Externo (ICEs) se incumbem de fiscalizar (*in loco* e permanentemente) todas as entidades da administração estadual.

Verificou-se que do total de procedimentos de fiscalização propostos pelas Inspetorias de Controle Externo e Unidades Técnicas, no início do

exercício, constantes no PAF – Processo nº 135390/15 - Acórdão nº 680/15 e atualizações posteriores, foram realizadas 283 ações fiscalizatórias, correspondendo a 90,7% das ações. No começo de 2015, haviam sido previstos 317 procedimentos de fiscalização, entretanto, ao longo do ano, a quantidade foi redimensionada para 312.

No âmbito das Inspetorias de Controle, foram realizadas 206 fiscalizações em órgãos e entidades estaduais, ante as 230 planejadas, equivalente a 89,5% da previsão.

As unidades técnicas diretamente subordinadas à Presidência, realizaram 77 ações de fiscalização, ante as 82 planejadas, correspondente a 93,9% da previsão inicial.

Paralelamente, foram realizadas outras atividades de fiscalização, principalmente aquelas relacionadas às obras públicas, entre as quais se destacam:

- Comissão de Fiscalização das obras da Copa do Mundo 2014;
- Manual de Orientação de Obras Públicas;
- Projeto de Gestão Resíduos Sólidos no Município de Curitiba;
- Projeto de Estruturação da Fiscalização das Parcerias Público-Privadas;
- Projeto-Piloto de Fiscalização Integrada dos Municípios do Paraná.

ANO 2016

Em 2016, o Plano Anual de Fiscalização, nas fiscalizações no âmbito municipal, passou a ser centralizado na Coordenadoria-Geral de Fiscalização, que traçou diretrizes e áreas de atuação prioritárias. Ao longo do ano, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná concentrou suas atividades de fiscalização em duas áreas essenciais do serviço público: educação e saúde. Além dessas áreas, a fiscalização atingiu outras três áreas: despesa com pessoal, governança em tecnologia da informação e financiamentos obtidos de organismos multilaterais.

Servidores do Tribunal fizeram inspeções pessoalmente em 100 municípios – número que representa um quarto das 399 prefeituras paranaenses. Esse percentual de 25% atende à diretriz estabelecida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), de que os órgãos de controle externo façam pelo menos uma fiscalização *in loco* em cada município a cada ciclo da gestão local, e é 2,5 vezes maior que a média anual de municípios fiscalizados anteriormente. Nessa perspectiva, todos os municípios paranaenses serão contemplados no prazo de quatro anos.

A elaboração e a execução do PAF 2016 foi gerenciada pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização (CGF). Essa unidade vem aplicando o modelo de gerenciamento unificado do controle externo, o qual já foi adotado, com sucesso, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelos TCEs de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. O trabalho está executado em quatro níveis: análise automatizada com base nas disposições legais, realizada por diversos sistemas de captação de dados (como SIM, SEI-CED, Proar, SIT e SIAP); fiscalização de itens selecionados pelo sistema de “malha-eletrônica”; auditorias *in loco* integradas e executadas por equipes multidisciplinares e atuação preventiva, por meio de treinamentos aos órgãos fiscalizados, com base nos dados estatísticos e indicadores gerados nos três níveis anteriores.

O PAF 2016 também utilizou, de forma mais intensa, indicadores de desempenho das administrações municipais fiscalizadas. Foram desenvolvidos o Índice de Eficácia da Educação Municipal e o Índice de Eficiência da Despesa Municipal em Educação. Na saúde, foi criado o Índice de Eficiência dos Repasses a Hospitais, a partir de um estudo que comparou os repasses de recursos municipais e estaduais a 100 hospitais do Paraná com os serviços prestados por essas instituições.

A fiscalização na área de Educação teve como foco a verificação do cumprimento da Emenda Constitucional n.º 59/2009 e da Meta 1 do Plano Nacional de Educação que determinam a universalização, a partir de 2016,

do acesso à pré-escola para crianças de 4 a 5 anos e a ampliação do acesso à creche para crianças de 0 a 3 anos.

Na área da Saúde, o objetivo foi avaliar o atendimento municipal à demanda por assistência à saúde de média e alta complexidade no âmbito da contratação de serviços com hospitais privados.

A fiscalização da folha de pagamento verificou a regularidade da folha dos municípios da amostra em vários aspectos, entre eles, pagamento de horas-extras e proporcionalidade dos cargos em comissão em relação aos efetivos, enquanto que a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) buscou verificar a situação financeira e atuarial dos RPPS dos municípios.

Para a consecução destes trabalhos, mais de 50 servidores das unidades de fiscalização do Tribunal desempenharam, durante todo o ano de 2016, diversas atividades e procedimentos envolvendo desde o planejamento das fiscalizações – com a definição dos municípios selecionados, o levantamento das questões de auditoria e a criação de matrizes de planejamento e risco, passando pelas, propriamente dita, auditorias (que se desenvolveram, na maioria dos casos, em visitas de 3 dias a 1 semana por município), até a conclusão dos trabalhos por meio da elaboração dos relatórios de auditoria.

Principais mudanças ocorridas no PAF-2016 em relação aos Planos dos anos anteriores.

PAF ATÉ 2015	PAF 2016
<p>➤ Planejamento das Fiscalizações era <u>Descentralizado (Fragmentado)</u>;</p> <p>✓ As próprias unidades técnicas faziam o planejamento de suas atividades de fiscalização (com seus critérios, análises de risco etc.);</p> <p>✓ DAUD fazia a consolidação das informações enviadas pelas unidades;</p> <p>✓ CG e DG validavam o processo.</p>	<p>➤ Supervisão dos Trabalhos: Coordenadoria-Geral de Fiscalização (CGF).</p> <p>✓ Planejamento Centralizado e Orientado por Programas e Projetos</p> <p>✓ Processo de Planejamento da Fiscalização ganhou uma característica mais integrada e institucional, <u>sem uma vinculação específica com as unidades;</u></p> <p>✓ Para isso foram criados Projetos de Auditoria nas áreas temáticas prioritárias (Educação, Saúde, Folha de Pagamento e RPPS) envolvendo servidores de todas as unidades técnicas de fiscalização do Tribunal;</p> <p>✓ Utilização de indicadores para definição de critérios para a seleção dos Municípios: Programa de Indicadores de Desempenho Municipal Paranaense;</p>

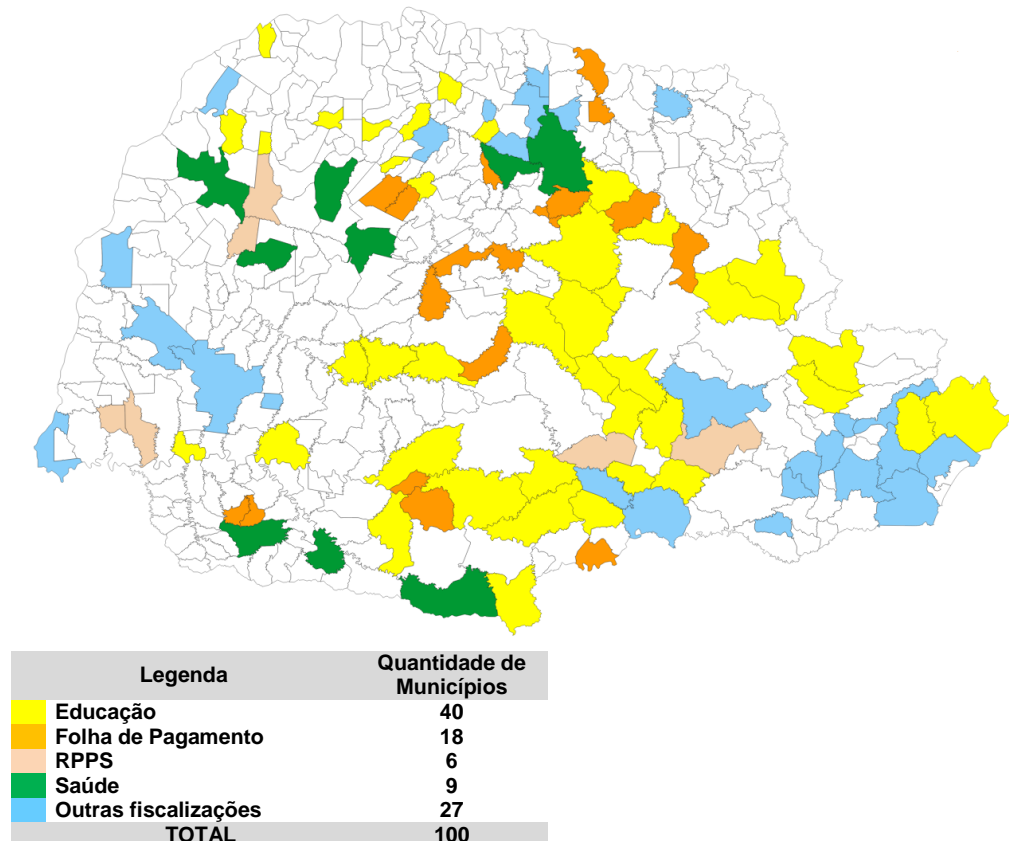
Com visitas ocorridas entre os meses de fevereiro e novembro de 2016, o PAF-2016 concluiu a sua meta mais ambiciosa: fiscalizar, *in loco*, 100 municípios do Estado do Paraná.

Destes 100 municípios visitados, 73 referiram-se a auditorias integradas (Educação, Saúde, Folha de Pagamento e RPPS), enquanto os outros 27 foram oriundos de demandas¹⁵ das unidades de fiscalização.

O mapa abaixo apresenta o “alcance” das fiscalizações *in loco* do PAF-2016 separadas por tema:

¹⁵ Demandas oriundas de determinações exaradas pelas Câmaras e Tribunal Pleno do TCE-PR

Mapa: 100 municípios visitados pela PAF-2016



Especificamente com relação às auditorias integradas, a visita aos municípios paranaenses selecionados **ocorreu entre os meses de junho e outubro de 2016**, e envolveu números bastante representativos, como destaque para os seguintes:

- Mais 44 mil km percorridos¹⁶ pelas equipes das auditorias integradas do PAF-2016;
- 73 Prefeituras Municipais visitadas (todos os projetos)
- 24 Câmaras Municipais visitadas (PAF- Folha de Pagamento e PAF-RPPS)
- 6 Institutos de Previdência Municipal visitados (PAF-RPPS)
- 18 hospitais visitados (PAF-Saúde);

¹⁶ Percurso de ida e volta.

- 242 escolas e creches visitadas (PAF-Educação).

Como resultado deste imenso esforço das equipes de trabalho, foram encontrados mais de 500 achados de auditoria (conforme quadro abaixo). Os relatórios de auditoria com esses achados foram encaminhados ao Presidente do TCE-PR no final do mês de novembro de 2016.

Quadro: Achados e distância percorrida pelas equipes de auditoria integrada

Auditorias Integradas - PAF 2016		
Área Temática	Achados de Auditoria encontrados	Distância total percorrida pelas equipes durante os trabalhos (em Km)
1 - Educação	286	24.400
2 - Saúde	51	9.300
3 - Despesas com Pessoal	206	10.830
3.1 - Folha de Pagamento	182	8.060
3.2 - Regime Próprio de Previdência Social	24	2.770
TOTAL (1 + 2 + 3)	543	44.530

5. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

5.1 Gestão de Projetos

A gestão de projetos tem como objetivo para auxiliar o TCE-PR no cumprimento de sua missão por meio de ações coordenadas, entendidas como prioritárias e pautadas nos valores do órgão, que são extraídas dos objetivos estratégicos e que estão alinhadas ao planejamento estratégico da instituição.

O trabalho de gestão por projetos no TCE-PR tem como documento regulamentador a Instrução Normativa n.º 78/2012.

5.2 Portfólio de Programas e Projetos Institucionais

São considerados projetos institucionais aqueles selecionados e priorizados pela Alta Administração, com base nas diretrizes definidas pelo conselheiro presidente e alinhadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal. Os projetos que não foram selecionados para compor o portfólio são considerados projetos operacionais, podendo ser executados sob a responsabilidade da unidade demandante.

No final de 2015, encontravam-se três programas em execução, além de outros projetos institucionais sem vínculos a programas, como demonstra a tabela abaixo:

PROGRAMAS 2015	SITUAÇÃO
PROGRAMA DE APRIMORAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Projeto Repositório Documental Projeto Gerenciador de Tarefas Projeto Analisador Genérico Projeto Serviço Informatizado de Mensageria Projeto Controle de Acesso Projeto Serviço Informatizado de Gerenciamento de Edição de Documento Projeto para Unificação dos Sistemas de Captação de Dados e Documentos Projeto de Arquitetura Projeto de Gestão de Qualidade	Em Execução parcial

PROGRAMAS 2015	SITUAÇÃO
PROGRAMA SEI-CED–SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO Projeto SEI-CED Lei n.º 6.404/76 Projeto SEI-CED Lei n.º 4.320/64	Em Execução
PROGRAMA IEGM - ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL PARANAENSE Projeto Captação, Contextualização e Apresentação de Indicadores Externos Projeto Captação, Contextualização e Apresentação de Indicadores Internos	Em Execução

Tabela - Situação dos Projetos Institucionais do TCE-PR em 31/12/2015.

Na tabela abaixo consta a situação de cada um dos programas e projetos em continuidade no ano de 2016, a saber:

PROGRAMAS 2016	SITUAÇÃO
Programa SEI-CED - Sistema Estadual de Informações: Projeto SEI-CED Lei n.º 6.404/76 Projeto SEI-CED Lei n.º 4.320/64	Em Execução
Programa IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense: Projeto Captação, Contextualização e Apresentação de Indicadores Externos Projeto Captação, Contextualização e Apresentação de Indicadores Internos	Em Execução
Programa de Aprimoramento em Tecnologia da Informação: Projeto Repositório Documental Projeto Gerenciador de Tarefas Projeto Analisador Genérico Projeto Serviço Informatizado de Mensageria Projeto Controle de Acesso Projeto Serviço Informatizado de Gerenciamento de Edição de Documento Projeto para Unificação dos Sistemas de Captação de Dados e Documentos Projeto de Arquitetura Projeto de Gestão de Qualidade	Em Execução
Programa PAF 2016 Projeto PAF Saúde Projeto PAF Educação Projeto PAF Folha de Pagamento Projeto PAF RPPS – Regime Próprio da Previdência Social	Em Execução
Programa Informação para Todos	Em Execução

Tabela - Situação dos Programas do TCE-PR em 16/11/2016.

PROGRAMAS 2016	SITUAÇÃO
PROJETOS INSTITUCIONAIS 2016	SITUAÇÃO (final de 2016)
Projeto SIAP - Sistema de Atos de Pessoal	Em Execução
Projeto de Estruturação da Fiscalização das Parcerias Público-Privadas	Concluído
Projeto para Desenvolvimento de Relatórios e Consultas	Incorporado*
Projeto para Desenvolvimento de Sistema de Gerenciamento da Escola de Gestão de Pessoas	Em Execução
Projeto de Implantação do Novo Sistema Analisador da COFIM	Em Execução
Projeto de Reestruturação e Adequação do Portal do TCE-PR	Em Execução
Projeto para Adequação do Sistema Integrado de Transferências	Em Planejamento
Projeto para Implantação da Sistemática de Malha-Fina na COFIT	Em Planejamento

Tabela - Situação dos Projetos Institucionais do TCE-PR em 16/11/2016.

(*) Incorporado ao Programa Informação para Todos, em 26/09/2016.

5.3 Resultado Orçamentário, Financeiro e Patrimonial

Durante o ano de 2015, o TCE-PR empenhou o percentual de 65,1%; ao passo que, no mesmo período, foi liquidado o percentual de 63,7% do orçamento anual atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ORÇAMENTO ATUALIZADO X EMPENHADO X LIQUIDADO - ano 2015			
DESCRIÇÃO	Orçamento Atualizado para 2015 (R\$)	Empenhado no período (R\$)	Liquidado no período (R\$)
Pessoal - ativos	208.835.700,00	195.579.274,03	195.411.210,00
Pessoal - inativos	63.241.000,00	28.230.373,26	28.230.373,26
Pessoal - Total	272.076.700,00	223.809.647,29	223.641.583,26
Outros Custeios	61.060.000,00	29.951.400,26	24.745.361,93
Obra	46.000.000,00	174.027,17	174.027,17
Equipamento	10.998.000,00	93.185,39	81.631,78
TOTAL	390.134.700,00	254.028.260,11	248.642.604,14

Tabela - Orçamento atualizado X empenhado X liquidado ano de 2015.

Obs.1: No cálculo dos valores com "Equipamento", foram consideradas as despesas da rubrica 4490.39 e 4490.92.
Obs.2: No cálculo dos valores com "Outros Custeios", considerou-se remanejamento de R\$ 1,5 milhão para rubrica 3390.9300 (auxílio-moradia). No orçamento inicial, essa despesa estava prevista como "Pessoal e Encargos Sociais" (3190.1600).
Obs.3: Em dezembro de 2015, foram feitos os estornos dos empenhos para pagamento de pessoal inativo apontados na observação 3 dos relatórios trimestrais anteriores. O valor total estornado foi de R\$ 12.130.702,86 e se refere ao período de janeiro a maio de 2015. Os referidos estornos foram necessários em virtude das alterações provocadas pelas leis 18.469/15, 18.370/15 e 17.435/12.

Durante o ano de 2016, o TCE-PR empenhou o percentual de 70%, ao passo que, no mesmo período, foi liquidado o percentual de 60%, do orçamento anual atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ORÇAMENTO ATUALIZADO X EMPENHADO X LIQUIDADO - ano 2016			
DESCRIÇÃO	Orçamento Atualizado para 2016 (R\$)	Empenhado (R\$) JAN a NOV 2016	Liquidado (R\$) JAN a NOV 2016
Pessoal – ativos	396.809.313,00	285.848.226,45	244.801.513,86
Pessoal – inativos	46.000.000,00	32.421.037,63	32.421.037,63
PESSOAL TOTAL	442.809.313,00	318.269.264,08	277.222.551,49
Outros Custeios	51.767.000,00	32.351.017,88	25.409.426,46
Obra	3.000.000,00	254.712,85	136.591,76
Equipamento	10.395.000,00	2.834.158,01	1.927.177,13
TOTAL	507.971.313,00	353.709.152,82	304.695.746,84

Tabela - Orçamento atualizado X empenhado X liquidado ano de 2016.

Obs.1. No cálculo dos valores com "Equipamento" foram consideradas as despesas das rubricas 4490.39 e 4490.92.

5.4 Quadro Funcional

A composição do quadro funcional de servidores estatutários ativos, assim como as respectivas movimentações, apresentou a seguinte situação no biênio 2015-2016:

QUADRO DOS SERVIDORES E MOVIMENTAÇÕES		
CARGOS	Ano 2015	Ano 2016
Nível Superior ¹⁷	506	490
Nível Médio	102	99
Nível Fundamental ¹⁸	5	5 + 1 extraquadro (decisão judicial) - Auxiliar de Controle
Cargos em Comissão ¹⁹	121	128
Aposentadorias	22	17
Exonerações de cargos efetivos ²⁰	2	2
Nomeações de cargos efetivos (concurso público) ²¹	36	1

Tabela - Quadro dos servidores e movimentações.

5.5 Planejamento Estratégico

No último trimestre de 2016, foi aprovado o segundo plano estratégico do TCE-PR, com vigência de 2017 a 2021, por meio da Instrução Normativa n.º 121/2016.

Considerando que o Planejamento Estratégico deve compreender um período de médio e longo prazo, abrangendo a organização como um todo, buscou-se assegurar, em sua elaboração, um processo participativo. Para tanto, foi formada uma comissão permanente para fins tanto de elaboração quanto de avaliação das propostas de futuras alterações do Plano Estratégico, a qual é composta por 18 servidores.

Este novo plano contempla diversas ações estratégicas, as quais decorrem dos três temas estratégicos definidos pela comissão permanente: Transparência da Administração Pública, Desempenho da Administração Pública e Desempenho Operacional e da Gestão do TCE-PR. Sem dúvida, a sociedade paranaense clama por uma entidade pública seja o seu bastião na

2015:

¹⁷ Nível Superior compreende os seguintes cargos: Analista de Controle, Consultor Técnico e Consultor Jurídico-cargos.

¹⁸ Existe mais um servidor extraquadro, conforme decisão judicial, no cargo de auxiliar de controle.

¹⁹ Alguns cargos em comissão são ocupados por servidores efetivos.

²⁰ Houve dois falecimentos de servidores efetivos (outubro e dezembro).

²¹ Existe mais um servidor extraquadro, conforme decisão judicial, no cargo de auxiliar de controle. Em 2016, foi nomeado um servidor para o cargo de auditor.

OBS: 2016 - Quadro dos servidores e movimentações com posição em 16/11/2016.

guarda e na fiscalização dos recursos públicos, assim como pela melhoria da qualidade dos serviços públicos que lhes são ofertados. Entretanto, planejar estrategicamente significa, também, fazer escolhas do que fazer e, principalmente, do que não fazer. E, neste momento, optou-se por atuar nestas três frentes. Ser estratégico requer o conhecimento das escolhas, comprometendo-se a um conjunto de respostas em detrimento de outras.

Referencial Estratégico

O Referencial Estratégico de uma instituição corresponde aos elementos fundamentais que dão base ao Planejamento Estratégico, tendo por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à instituição, representada nos conceitos de missão, visão de futuro e valores, onde missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; e os valores, a base de tudo que se acredita como certo e adequado.



Figura - Missão, Visão e Valores para 2017-2021.

Mapa Estratégico

O mapa estratégico representa a missão, a visão e a estratégia do TCE-PR traduzidos em um conjunto abrangente de direcionadores do comportamento e do desempenho institucionais, ajudando a traçar o melhor caminho para atingir os objetivos de curto, médio e de longo prazos.

A construção do Mapa Estratégico foi baseada no *Balanced Scorecard* (BSC), metodologia, esta, que considera uma inter-relação entre as diversas perspectivas, as quais foram adaptadas ao setor público. A importância de cada uma é diferenciada em função do tipo de atuação da organização. O interessante é notar que uma análise isolada de cada um desses itens não possibilita avaliar como a organização persegue sua visão de futuro.

A tradução da estratégia por meio do mapa estratégico proporciona vários benefícios: cria um referencial de fácil compreensão para os servidores; permite a comunicação de forma transparente a todos os níveis da instituição; difunde o foco e a estratégia definidos, de forma que todos tomem consciência de como suas ações impactam no alcance dos resultados desejados. Além disso, ainda permite tanto direcionar a alocação de esforços quanto evitar a dispersão de ações e de recursos.



MAPA ESTRATÉGICO 2017-2021
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

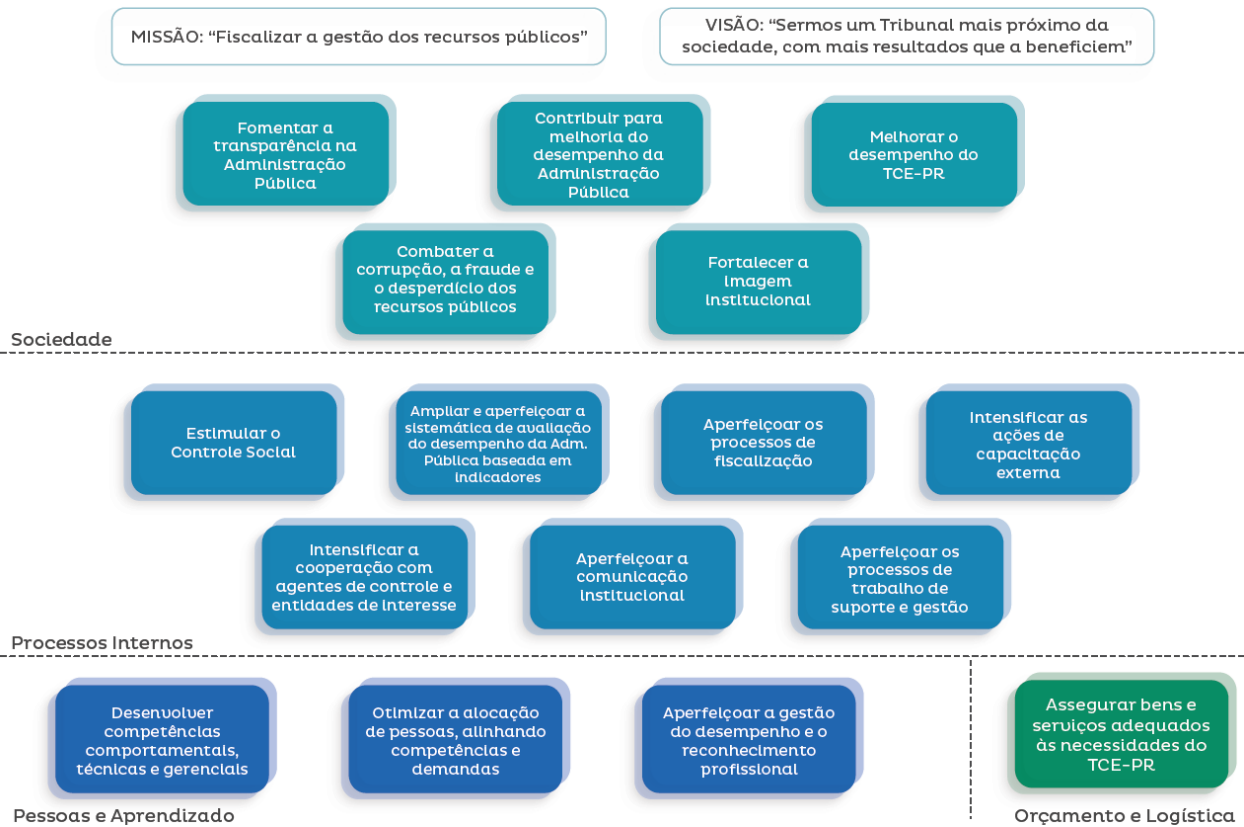


Figura - Mapa Estratégico 2017-2021

6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

6.1 Comunicação

No período, diferentes formas de comunicação foram utilizadas pelo Tribunal para suprir as mais variadas necessidades de informações de seus diferentes clientes:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Servidores** - dados e informações de caráter funcional;
- **Público externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na sequência, consta o quadro com os dados quantitativos da produção de conteúdo de comunicação no biênio:

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DE COMUNICAÇÃO		
Itens produzidos	Ano 2015	Ano 2016
<i>Releases para imprensa</i>	789	914
Periódico eletrônico "Contando para Você", de circulação interna	46	46
Boletim eletrônico "Tecer", voltado ao público externo	24	25
Minuto TCE – Boletim para TV	11	10
Postagens em redes sociais	1412	1590
Boletins para rádio	488	592

Tabela - Produção de conteúdo – Diretoria de Comunicação Social.

6.2 Relações Institucionais/Convênios e Congêneres

A corte de contas tem como meta consolidar o seu reconhecimento como agente de controle externo atuante em tempo real e próximo à sociedade, fornecendo informações necessárias para o exercício do controle social. Para isso, o Tribunal busca estabelecer possibilidades de parcerias com as entidades de classe e órgãos públicos de grande expressão, além de

diferentes agentes sociais, objetivando consolidar a transparência e a eficiência no acompanhamento do uso dos recursos públicos, igualmente dos gastos e investimentos.

Durante o ano de 2015, o Tribunal apresentou a seguinte situação no que se refere aos convênios:

CONVÊNIOS ADITIVADOS			
PROCESSO	CONVENIADO	OBJETO	PERÍODO
745304/12 201872/15	CEF- SINAPI	Possibilitar o acesso às informações registradas no SINAPI - SIPCI, conforme opção(ões), função(ões) e perfil(is) discriminados no anexo (i), que passa a fazer parte deste instrumento, onde o conveniente, através de sua rede, poderá consultar e obter informações, de acordo com a abrangência atribuída pelo gestor do sistema para o qual solicitou acesso, estando ciente do grau de sigilo atribuído à informação disponibilizada.	2º trimestre
201307/10 84987/15	BARIGUI BANCO	Concessão de empréstimos, mediante consignação em folha pagamento, aos servidores, ativos, inativos, do TCE-PR.	2º trimestre
505713/09 549510/14 11262/15	DEAP	Prorrogar o prazo de vigência, o reajuste dos valores do serviço de custódia de documentação da atividade-meio e fim em suporte papel datada do período de 1947 a 2009 transferidos pelo TCE-PR para a guarda intermediária nas instalações do DEAP/PR.	3º trimestre
328848/15 853691/15	SEAP-SAS	Termo de Cooperação Técnico Financeira tem por objeto normatizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, observados os limites dos elementos de despesa, para fins de prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ativos e inativos e seus dependentes bem como para os pensionistas por meio das Instituições contratadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e a Lei Estadual n.º 15.608/07, os quais integram a rede de hospitais que compõe o Sistema de Assistência à Saúde (SAS).	4º trimestre
CONVÊNIOS NOVOS			
211770/15	SINDAFEP	Estabelecer as condições e diretrizes para as entidades pactuantes, visando à promoção e divulgação do Prêmio Gestor Público Paraná, instituído e organizado pelo SINDAFEP, por meio de convênio e autorização do SINDIFISCO/RS, detentor da marca Prêmio Gestor	1º Trim.

CONVÊNIOS ADITIVADOS			
		Público.	
165795/15	BANCO ALFA	Termo de Convênio 01/2015 que tem por objeto possibilitar a FINANCEIRA ALFA S.A., respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimos, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores efetivos do TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ.	2º Trim.
502139/15	SINDICONTAS	Desconto em folha da mensalidade dos servidores filiados em favor do Sindicontas/PR, para usufruir desta forma dos benefícios instituídos em seus Estatutos.	3º Trim.
535371/15	AERP	Estabelecer condições de cooperação mútua, com o objetivo de divulgar LOCUÇÃO DAS MATÉRIAS EM ARQUIVOS DE ÁUDIO, produzidos pela Diretoria de Comunicação Social do TCE-PR, aos associados da AERP, por meio da Rede AERP de Notícias, no sítio www.paranadehoje.com.br .	3º Trim.
571629/15	TCU/ATRICON	Estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para as seguintes finalidades: a) Realização de auditoria coordenada nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal; b) Realização de auditoria coordenada (levantamento) em governança e gestão de saúde em organizações estaduais e municipais; e c) Realização de planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública nacional.	3º Trim.
652955/15	SEBRAE	CLÁUSULA 1 - Realizar, a cada biênio, seis encontros regionais, sem fins lucrativos e com inscrições gratuitas, para a capacitação dos servidores públicos municipais na área de compras governamentais, mais especificamente, sobre o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas; CLÁUSULA 2 - Realizar, a cada biênio, capacitação dos técnicos do TCE-PR sobre os temas dispostos na cláusula primeira.	4º trimestre
338323/14	BRADESCO	O objeto do presente convênio é a concessão de empréstimos a servidores efetivos do CONVENIENTE por este indicado, aqui denominados DEVEDORES, mediante: (i) celebração de contratos de empréstimos específicos; (ii) garantia de consignação em folha de pagamento, com observância da margem consignável permitida; (iii) atendimento das exigências impostas pela política de concessão de crédito do BRADESCO; e, (iv) preenchimento das demais	4º trimestre

CONVÊNIOS ADITIVADOS			
		condições estabelecidas neste CONVÊNIO.	
CONVÊNIOS ENCERRADOS			
414956/13	GOVERNO DO PARANÁ, MUN. DE CURITIBA, MP-PR, APMP E FIEP	Compatibilização do planejamento e execução de ações integradas de desenvolvimento e cidadania nas Unidades Paraná Seguro (UPS), com vistas a promover a melhoria da segurança pública, qualidade de vida das pessoas e paz social.	1º Trim.
898930/14	IRB	Reformulação do Portal e Rede Nacional dos Tribunais de Contas, a fim de garantir com efetividade a continuidade da implementação de produto do PROMOEX.	3º Trim.
474107/14	SINDICONTAS	Desconto em folha da mensalidade dos servidores filiados em favor do Sindicontas/PR para usufruir desta forma dos benefícios instituídos em seus Estatutos.	3º Trim.
827103/14	TCs, ATRICON e IRB	Estabelecer os termos de cooperação técnica entre os PARTICIPES para prática de ações conjuntas com objetivo de obter o perfil de governança pública e de governança e gestão das aquisições em órgãos e entidades estaduais e municipais.	3º Trim.
482691/10	PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA	Participar do desenvolvimento das atribuições do Comitê Gestor do Núcleo Paranaense, elencadas nos arts. 2º e 3º do Regimento Interno.	4º trimestre
363706/10	ITAÚ UNIBANCO	Concessão de empréstimos de crédito pessoal, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores efetivos, ativos e inativos, do Tribunal de Contas.	4º trimestre
539531/14	IRB	Anuência ao disposto no Estatuto Social e às condições estabelecidas nas cláusulas seguintes para a associação deste Tribunal de Contas ao Instituto Rui Barbosa (IRB).	4º trimestre
CONVÊNIOS EM TRÂMITE			
476219/15	IBRAOP	TERMO DE ADESÃO tem por objeto a inclusão de PARTICIPE no referido PROTOCOLO DE INTENÇÕES, firmado entre o Instituto Brasileiro de Obras Públicas (IBRAOP), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) e Tribunais de Contas para desenvolver ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de Orientações Técnicas.	3º trimestre
743098/15	SENADO	Estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional,	3º trimestre

CONVÊNIOS ADITIVADOS			
		mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do TCE-PR.	
28556/12 758907/15 (Aditivo)	UTFPR	Fomentar o desenvolvimento de pesquisa interinstitucional e interdisciplinar aplicada à tecnologia de informação, nas áreas de engenharia de <i>software</i> e sistemas de informação, em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).	4º trimestre
266247/10 830993/15 (Aditivo)	TJ-PR	Desenvolvimento de ações conjuntas, visando ao aprimoramento do desempenho das respectivas atribuições, por meio de intercâmbio de informações, conhecimentos, técnicas e de cooperação técnica, científica e cultural.	4º trimestre

Tabela – Convênios do exercício de 2015.

Em 2016, o Tribunal convalidou os seguintes convênios:

RELAÇÃO DOS CONVÊNIOS CONVALIDADOS – Ano 2016				
CONVENIADA	PROCESSO	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA
Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná	129385/16	Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e a integração de informações e bases de dados de interesse recíproco entre o TCE-PR e a CASA CIVIL.	16/02/2016	30/06/2016 a 29/06/2021
Departamento de Trânsito do Paraná	<u>2º TA</u> 331656/16	Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre o TCE-PR e o DETRAN-PR. 2º T.A - Inclusão do seguinte item na cláusula terceira - das obrigações do Departamento de Trânsito do Paraná: XII. Disponibilizar, por meio da base de dados, as informações referentes aos veículos de propriedade de pessoa jurídica, por meio do CNPJ consultado, incluindo data de aquisição e transferência, contribuindo para a identificação de enriquecimento ilícito.	11/04/2016	15/11/2013 a 14/11/2018
Federação das Indústrias do Estado do Paraná	492552/16	Formalizar o apoio institucional do TCE ao movimento VOTE BEM.	01/06/2016	01/06/2016 a 30/10/2016
Tribunal de Justiça do	42642/16	Desenvolvimento de ações	08/06/2016	08/06/2016 a

RELAÇÃO DOS CONVÊNIOS CONVALIDADOS – Ano 2016				
Estado do Paraná		conjuntas e de proveito recíproco, visando ao aprimoramento do desempenho das respectivas atribuições constitucionais e legais, por meio de intercâmbio de informações, conhecimentos e técnicas e de cooperação técnica, científica e cultural, em conformidade com as especificações e demais discriminações constantes no protocolo SEI n.º 0065595-45.2015.8.16.6000, que passam a fazer parte integrante do presente Plano.		07/06/2021
Instituto Paranaense de Direito Administrativo	158709/16	Desenvolvimento de estudos e pesquisas no âmbito do Direito Administrativo, realização de eventos sobre temas de interesse comum dos partícipes.	29/07/2016	05/08/2016 a 31/12/2019
Secretaria de Estado da Fazenda	837098/12	Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre o TCE-PR e a SEFA, visando otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.	26/07/2012	26/07/2012 a 25/07/2017
Observatório Social do Brasil - OSB	335351/12	A elaboração e a implantação de um programa de capacitação dos observadores do Paraná, integrados à Rede OSB de Controle Social, bem como criar um canal de comunicação direta com o TCE PR para informações, consultas técnicas e eventuais denúncias, além de outras ações em conjunto em prol da transparência pública e do controle social dos gastos públicos.	09/07/2012	08/07/2017

Tabela - Relação dos convênios convalidados no exercício de 2016.

6.3 Representação Institucional

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná teve participação em eventos que envolveram diversos órgãos da Administração Pública e da iniciativa privada, representado tanto por seu presidente como por conselheiros, procuradores, auditores ou técnicos de seu corpo funcional. Foram seminários, encontros, treinamentos, conferências, visitas técnicas, reuniões e palestras que abordaram assuntos diversos: capacitação de jurisdicionado, audiências públicas, fóruns, reuniões técnicas, encontros técnicos, conferências de controle externo, congressos de gestores, qualificação de servidores, capacitação de jurisdicionados, posses, entre outros.

ANO 2015	
EVENTO	CIDADE
JANEIRO	
REUNIÃO DE TRABALHO	FORTALEZA/CE
FEVEREIRO	
POSSE DOS CONSELHEIROS ELEITOS PARA O EXERCÍCIO 2015/2016 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SÃO PAULO/SP
ASSEMBLEIA GERAL E REUNIÃO DE DIRETORIA DO IRB	BELO HORIZONTE/MG
MARÇO	
I SEMANA CONTÁBIL E FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	BRASÍLIA/DF
CONFERÊNCIA GARTNER DATA CENTER, INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES DE TI 2015	SÃO PAULO/SP
SEMINÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS “PROBLEMAS E SOLUÇÕES”	MARINGÁ/PR
SEMINÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS “PROBLEMAS E SOLUÇÕES”	LONDRINA/PR
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DE CONTAS	BRASÍLIA/DF
SEMINÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS “PROBLEMAS E SOLUÇÕES”	FOZ DO IGUAÇU/PR
SEMINÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS “PROBLEMAS E SOLUÇÕES”	FRANCISCO BELTRÃO/PR
IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA	BELO HORIZONTE/MG
DELL COMPELLENTE ADMINISTRATOR AND ADVANCED MANAGEMENT TRAINING PACK (TREINAMENTO NA ÁREA DE TI)	SÃO PAULO/SP
I SEMINÁRIO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – AMOP	CASCADEL/PR
CURSO: AUDITORIA DA RECEITA	VITÓRIA/ES

ANO 2015	
ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM	SÃO PAULO/SP
ABRIL	
II CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR	GOIÂNIA/GO
“COMO JULGAR A LICITAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS”	BRASÍLIA/DF
REUNIÃO DE TRABALHO DA ATRICON	VITÓRIA/ES
REUNIÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO IRB	BELO HORIZONTE/MG
INDICADORES DE DESEMPENHO PARA PMOS, PROJETOS E PROCESSOS	RIO DE JANEIRO/RJ
MAIO	
CURSO PRÁTICA DE PREGÃO	SÃO PAULO/SP
III CONFERÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	BELO HORIZONTE/MG
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E GASTOS EM EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE/MS
13º FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA	BRASÍLIA/DF
GRUPO TÉCNICO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	BRASÍLIA/DF
GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE RELATÓRIOS	BRASÍLIA/DF
JUNHO	
SEMINÁRIO – CONTROLE EXTERNO EM AÇÃO: PRESENTE E FUTURO DA FISCALIZAÇÃO DE TI	BRASÍLIA/DF
III CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADVOGADOS PÚBLICOS – ABRAP	FOZ DO IGUAÇU/PR
“DELL NETWORKING DATA CENTER ADVANCED FEATURES E ADMINISTRATION”	SÃO PAULO/SP
XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO E DE CONTAS	VITÓRIA/ES
POSSE DO MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN	BRASÍLIA/DF
CONFERÊNCIA GARTNER BUSINESS INTELLIGENCE	SÃO PAULO/SP
REUNIÃO MEC – PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	BRASÍLIA/DF
NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	BRASÍLIA/DF
II SEMANA CONTÁBIL E FISCAL PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS – SECOFEM 2015	MACEIÓ/AL
FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS	BRASÍLIA/DF
INTERCÂMBIO DE INSTRUMENTOS DE CONTROLE	BELO HORIZONTE/MG
DIÁLOGO PÚBLICO: ACESSIBILIDADE CAMINHO PARA A INCLUSÃO	BRASÍLIA/DF
VII SEMINÁRIO TERCEIRO SETOR E PARCERIAS NA ÁREA DE SAÚDE	RIO DE JANEIRO/RJ
JULHO	
ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO RUI BARBOSA	BRASÍLIA/DF
MARCO REGULATÓRIO DO TERCEIRO SETOR	CURITIBA/PR
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	CURITIBA/PR
APLICAÇÃO DE SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS	FLORIANÓPOLIS/SC
TREINAMENTO SAFE AGILIST (TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)	CURITIBA/PR

ANO 2015	
AGOSTO	
SEMINÁRIO NACIONAL DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	MACEIÓ/AL
GESTÃO DE PROCESSOS ALINHADA À ESTRATÉGIA	SÃO PAULO/SP
CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA	BRASÍLIA/DF
CURSO PRÁTICO: CONCESSÃO, CÁLCULOS, ALTERAÇÃO E REVISÕES DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E DOS BENEFICIÁRIOS NOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA NA VISÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	SÃO PAULO/SP
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONTROLE EXTERNO	SALVADOR/BA
SEMINÁRIO INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: UMA NOVA REALIDADE	PORTO ALEGRE/RS
VI ENCONTRO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	FORTALEZA/CE
WORKSHOP COM AS EQUIPES DE TÉCNICOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS PARTICIPES DO ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O LEVANTAMENTO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E GOVERNANÇA E GESTÃO DAS AQUISIÇÕES	BRASÍLIA/DF
OBRAS PÚBLICAS: ASPECTOS POLÊMICOS, ENTENDIMENTOS DO TCU E BOAS PRÁTICAS	BRASÍLIA/DF
POSSE DO CONSELHEIRO DO CNMP – SÉRGIO RICARDO DE SOUZA	BRASÍLIA/DF
XVI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO	CURITIBA/PR
V CURSO DE GESTÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO	BRASÍLIA/DF
TREINAMENTO EM ASSUNTOS RELATIVOS À AUDITORIA DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS PELO BID	BRASÍLIA/DF
SETEMBRO	
I GOV-SAÚDE – CICLO 2016 – EVENTO DE APRESENTAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	BRASÍLIA/DF
GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	BRASÍLIA/DF
TESTES DE SOFTWARE PARA EQUIPES ÁGEIS	CURITIBA/PR
XIII ENCONTRO REGIONAL DOS USUÁRIOS DA REDE PERGAMUM	CURITIBA/PR
OUTUBRO	
XXI CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	RIO DE JANEIRO/ RJ
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	BELO HORIZONTE/ MG
A ATUAÇÃO DA ADVOCACIA NA GESTÃO PÚBLICA: TRIBUNAL DE CONTAS, ACESSO À INFORMAÇÃO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	CURITIBA/ PR
ENCONTRO TÉCNICO NACIONAL DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS - ENAOP 2015	CAMPO GRANDE/ MS
2º FÓRUM PARANAENSE DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	MARINGÁ/PR
SIMPÓSIO GARTNER TI 2015	SÃO PAULO/SP
GESTÃO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NOVA LEI DE FOMENTO E DE COLABORAÇÃO LEI 13.019/14	BRASÍLIA/ DF
GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO E RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS - GTREL	BRASÍLIA/DF
GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS – GTCON	BRASÍLIA/DF
CURSO PRÁTICO DE TEMPO DE SERVIÇO E DE CONTRIBUIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS TERMOS DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA 154/08 EM CONSONÂNCIA COM AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS	RIO DE JANEIRO/ RJ

ANO 2015	
NºS 20/98, 41/03, 47/05 E 70/12	
ANÁLISE DE DADOS APLICADA AO CONTROLE	BRASÍLIA/ DF
AUDITORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	BRASÍLIA/DF
CURSO COMPLETO DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	FORTALEZA/CE
NOVEMBRO	
VII FÓRUM NACIONAL DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	PORTO ALEGRE/RS
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO: BOAS PRÁTICAS E O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO	BRASÍLIA/DF
CURSO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL: FISCALIZAÇÃO, ANÁLISE E CONTROLE EXTERNO	RIO DE JANEIRO/ RJ
IV JURISTC'S E JORNADAS CIENTÍFICAS DO IRB	SÃO PAULO/SP
CAPACITAÇÃO E ANÁLISE DE PONTOS DE FUNÇÃO: MEDIÇÕES E ESTIMATIVAS DE SOFTWARE	CURITIBA/ PR
WORKSHOP SOBRE PAPÉIS DE TRABALHO – AUDITORIA DE PROJETOS	FORTALEZA/CE
COMO ELABORAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DA IN Nº02/08 E COMO JULGAR A LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS	RIO DE JANEIRO/ RJ
DEZEMBRO	
WORKSHOP DE AUDITORIA COORDENADA NOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DE ESTADOS, MUNICÍPIOS E DF	BRASÍLIA/DF
OS PERIGOS DA ERA DIGITAL: COMO PROTEGER JURIDICAMENTE MINHA EMPRESA POR MEIO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	CURITIBA/PR
XXVIII CONGRESSO DE TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	RECIFE/PE

Tabela - Representação Institucional ano 2015.

Eventos no ano de 2016:

ANO 2016	
EVENTO	CIDADE
JANEIRO	
FEVEREIRO	
TREINAMENTO PRESENCIAL DA AUDITORIA COORDENADA DE GOVERNANÇA EM SAÚDE – TCU	BRASÍLIA/DF
IV ENCONTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS: PLANEJAMENTO, DESAFIOS DA NOVA GESTÃO	BELO HORIZONTE/MG
REUNIÃO DE MEMBROS ASSOCIADOS DA OLACEFS	BOGOTÁ/COLÔMBIA
POSSE DOS PRESIDENTES DO IRB E DA ATRICON	BRASÍLIA/DF
MARÇO	
III FÓRUM LICITAÇÕES SEGUNDO O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ	MARINGÁ/PR
11º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	FOZ DO IGUAÇU/PR
POSSE E REUNIÃO DOS MEMBROS DA AUDICON (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AUDITORES)	BRASÍLIA/DF
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS PROCURADORES GERAIS DE CONTAS	BRASÍLIA/DF

ANO 2016	
ABRIL	
SEMINÁRIO “COOPERAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA PARA APLICAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA	ROMA/ ITÁLIA
SEMINÁRIO ACORDO DE LENIÊNCIA E LEI ANTICORRUPÇÃO	RIO DE JANEIRO/ RJ
1ª REUNIÃO DE TRABALHO DE PROCURADORES GERAIS DE CONTAS DA REGIÃO SUL	FLORIANÓPOLIS/ SC
CURSO DE GESTÃO DE RISCOS EM PROJETOS	BRASÍLIA/DF
CONFERÊNCIA GARTNER INFRAESTRUTURA OPERAÇÕES DE TI E DATACENTER	SÃO PAULO/ SP
3º E 4º ENCONTRO SOBRE PROCEDIMENTOS PARA ENCERRAMENTO DE MANDATOS	ARAPONGAS E MARINGÁ/ PR
MAIO	
GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS FISCAIS	BRASÍLIA/DF
REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CONTROLE EXTERNO INFOCONTAS	BRASÍLIA/DF
IV FÓRUM DE LICITAÇÕES SEGUNDO O TRIBUNAL DE CONTAS	CASCADEL/PR
REDE NACIONAL DE INDICADORES PÚBLICOS- PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA	SÃO PAULO/ SP
COACHING DE EQUIPES E DE GRUPOS	SÃO PAULO/ SP
O PAPEL DO CONCEDENTE E O PAPEL DO TOMADOR NAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	LONDRINA/PR
FÓRUM NACIONAL DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	SÃO PAULO/ SP
II SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIREITO E CONTROLE	LISBOA/ PORTUGAL
V FÓRUM DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	PORTO VELHO/ RONDÔNIA
ACESSIBILIDADE PENSANDO EM NOSSO CONTEXTO DE TRABALHO	BRASÍLIA/DF
JUNHO	
VII ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	JOÃO PESSOA/PB
SCRUM GATHERING RIO 2016 – TREINAMENTO NA ÁREA DE TI	RIO DE JANEIRO/ RJ
SIAP – PASSO A PASSO – QUADRO DE CARGOS, VERBAS E ADMISSÃO	CASCADEL/PR
CONTROLE EXTERNO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E DA REGULAÇÃO	VITÓRIA/ ES
O PAPEL DO CONCEDENTE E O PAPEL DO TOMADOR NAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	CASCADEL/PR
WORKSHOP DE CONSOLIDAÇÃO DE ANÁLISES E DISCUSSÃO DE ACHADOS DE AUDITORIA	BRASÍLIA/DF
“INTELIGÊNCIA E CONTROLE” E “PREÇOS REFERENCIAIS”	RIO DE JANEIRO/ RJ
I ENCONTRO TÉCNICO NACIONAL DO CONTROLE EXTERNO DA RECEITA	RIO DE JANEIRO/RJ
3ª REUNIÃO TÉCNICA DA REDE INDICON	BRASÍLIA/DF
JULHO	
CURSO: COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS	BRASÍLIA/ DF

ENCONTRO NACIONAL DO IRB	FORTALEZA/ CE
PROGRAMA SERCOACH	SÃO PAULO/ SP
SEMINÁRIO NACIONAL DE CONTROLE EXTERNO DE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	SÃO PAULO/ SP
50º CONGRESSO ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE TÉCNICOS DAS ADMINISTRAÇÕES FAZENDÁRIA E TRIBUTÁRIA MUNICIPAIS	PORTO ALEGRE/ RS
24º ENCONTRO SOBRE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS: FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR	ARAPONGAS/ PR
AGOSTO	
IV CURSO GESTÃO PATRIMONIAL	BRASÍLIA/ DF
FISCALIZAÇÃO NAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA ESTATAIS	BRASÍLIA/ DF
5º CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEMOCRÁTICO	SÃO PAULO/ SP
SETEMBRO	
20º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE	FORTALEZA/ CE
CONTABILIDADE: TRANSPARÊNCIA PARA O CONTROLE SOCIAL	FORTALEZA/ CE
ENCONTRO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL E REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ENTIDADES OFICIAIS DE CONTROLE PÚBLICO DO MERCOSUL	PORTO ALEGRE/ RS
XVII SINAOP – SIMPÓSIO NACIONAL DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS	SÃO PAULO/ SP
I FÓRUM DE PROCESSUALÍSTICA E V ENCONTRO JURÍSTIC’s	PALMAS/ TO
COLAR DO MÉRITO DA CORTE DE CONTAS MINISTRO JOSÉ MARIA DE ALKIMIM ENTREGUE AO PRESIDENTE IVAN BONILHA	BELO HORIZONTE/ MG
VII EDUCORP – ENCONTRO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	BELÉM/ PA
COMBO COBTIL – TREINAMENTO NA ÁREA DE TI	SÃO PAULO/ SP
FÓRUM DE DEBATES DE DIREITO FINANCEIRO	SÃO PAULO/ SP
4º REUNIÃO TÉCNICA DA REDE NACIONAL DE INDICADORES PÚBLICOS	BRASÍLIA/ DF
OUTUBRO	
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	RIO DE JANEIRO/ RJ
VI CONGRESSO INTERNACIONAL DIREITO E SUSTENTABILIDADE	BELO HORIZONTE/ MG
2º SEMINÁRIO SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (REGULAMENTAÇÃO, RISCOS E OPORTUNIDADES NA CESSÃO DE CRÉDITO)	SÃO PAULO/ SP
NOVEMBRO	
REUNIÃO TÉCNICA SOBRE O eSOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	RECIFE/ PE
V ENCONTRO DE TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	CUIABÁ/ MT
GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	BRASÍLIA/ DF
CURSO DE FORMAÇÃO EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 2016	SÃO PAULO/ SP
PAINEL DE ACHADOS – AUDITORIA NAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA	BRASÍLIA/ DF
ENCONTRO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA APLICADA AO CONTROLE EXTERNO	SÃO PAULO/ SP
ENCONTRO DE PREFEITOS E PREFEITAS ELEITAS DO PARANÁ- GESTÃO 2017/2020	FOZ DO IGUAÇU/ PR
ENCONTRO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA APLICADA AO CONTROLE EXTERNO	SÃO PAULO/ SP

DEZEMBRO	
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE E POLÍTICAS PÚBLICAS	SÃO PAULO/SP
XII CONGRESSO – 50 ANOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	SÃO PAULO/ SP

Tabela - Representação Institucional ano 2016.

7. ORGANOGRAMA

7.1 Organograma do TCE-PR (2015-2016)

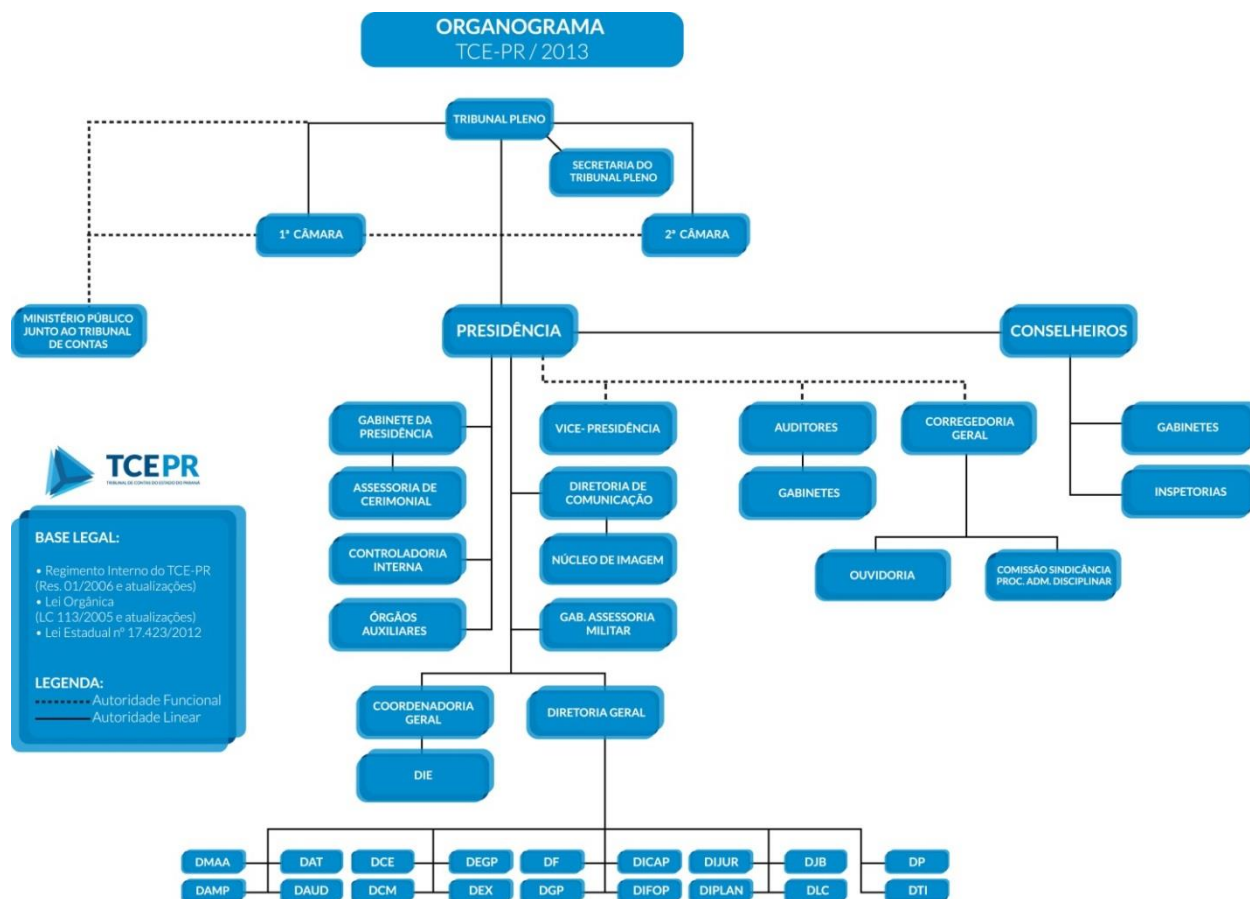


Figura - Organograma do TCE-PR (2015-2016).

7.2 Organograma do TCE-PR (2016)

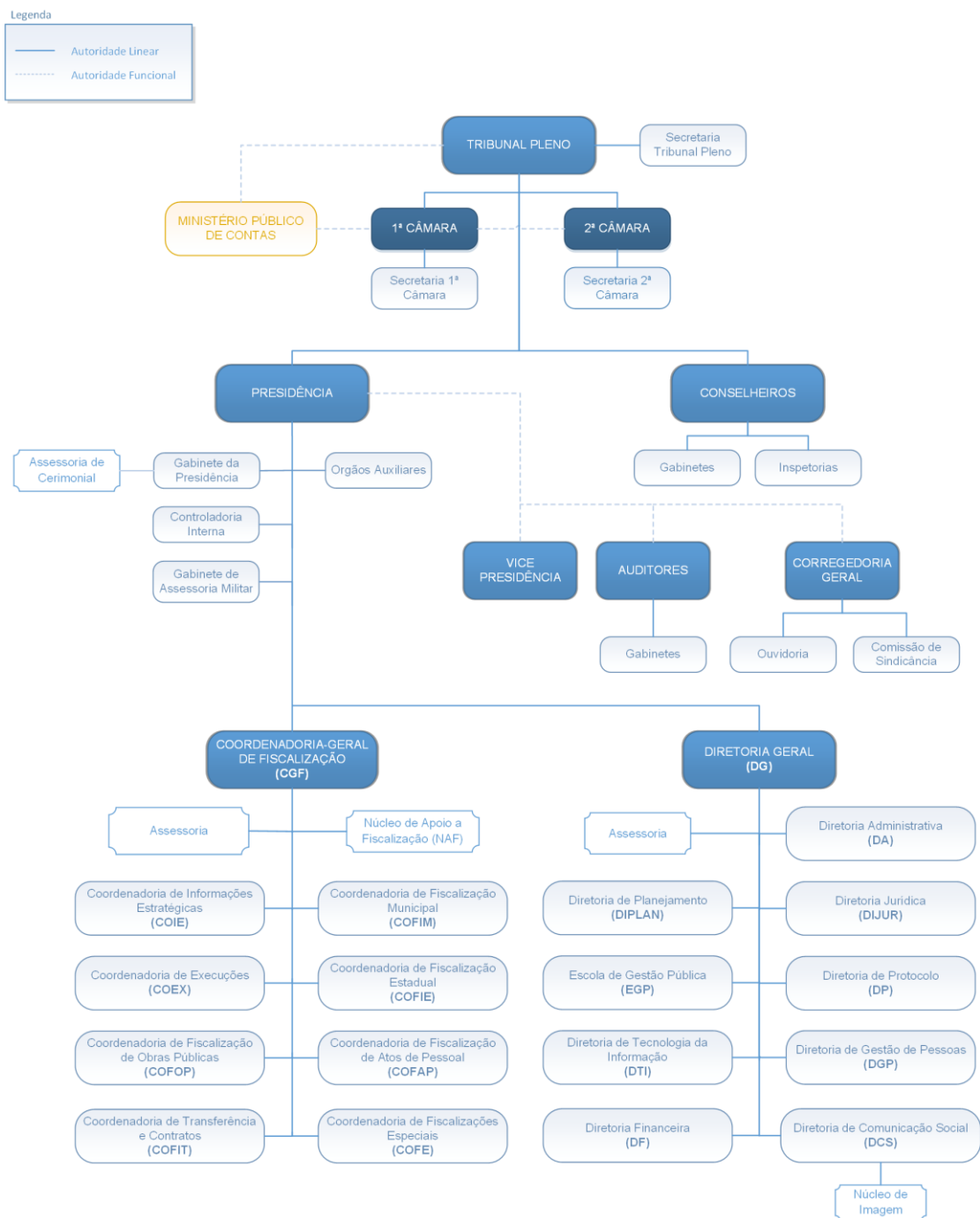


Figura - Organograma do TCE-PR (2016).

8. ATIVIDADES DE CARÁTER CONTINUADO

Nesta seção estão listadas as ações desenvolvidas durante o biênio 2015-2016 que necessitarão de continuidade na próxima gestão do Tribunal.

➤ Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF

- Instrução Normativa do NAF: dispendo sobre o processo de trabalho do Núcleo de Apoio à Fiscalização para assessorar a CGF e promover a integração com as unidades de fiscalização e a DTI (protocolo n.º 920880/16);

➤ Coordenadoria de Fiscalização Municipal - COFIM

- Resolução PAF-Educação: relativa aos procedimentos e documentos inerentes a comprovação do cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (resultado das auditorias do PAF-Educação – demanda manifesta de crianças em idade escolar, ausência de laudos da vigilância sanitária e corpo de bombeiros;
- Instrução Normativa da PCA: contendo o escopo mínimo que abrange o final de mandato e mantendo a separação entre contas de Governo e contas de Gestão. As contas de Gestão serão verificadas via Malha Eletrônica (substituiu o PROAR – que anteriormente fazia esta verificação), como a anotação nas contas de Governo dos registros da Malha Eletrônica. (protocolo n.º 931432/16)
- Projeto para Implantação do novo Sistema Analisador a ser utilizado pela Coordenadoria de Fiscalização Municipal, conforme Portaria nº 472/16.
- Projeto de adequação à nova codificação, de acordo com a natureza da receita, e atualização do Módulo de Planejamento e Orçamento, protocolado sob o nº 705424/16.

➤ **Coordenadoria de Fiscalização de Transferências e Contratos - COFIT**

- Proposta de Resolução sobre transferências voluntárias – adequação à lei n.º 13.019/14 (que trata das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil) que entra em vigor em 01/01/2017 (protocolo n.º 850602/16);
- Aprimoramento da Malha eletrônica, conforme Instrução Normativa n.º.122/2016.
- Adequação do Sistema Integrado de Transferências (SIT) às disposições da Lei 13.019/2014.
- Adequação dos módulos de contratos e licitações do SIM-AM.

➤ **Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal - COFAP**

- Implantação dos dois últimos módulos do SIAP (Revisão de proventos e Revisão de pensão).
- Implantação das regras da malha eletrônica referente aos módulos do SIAP, encaminhadas ao Núcleo de Apoio à Fiscalização-NAF.
- Dar continuidade as tratativas para firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social para acesso aos bancos de dados da esfera federal.
- Termo de convênio de cooperação e obrigações mútuas: celebrado com a Parana Previdência, cujo objeto é a concessão e manutenção de benefícios previdenciários, com prazo de vigência indeterminado.

➤ **Coordenadoria de Fiscalização Estadual - COFIE**

- Instrução Normativa da PCA Estadual: escopo (protocolo n.º 986083/16); PCA Governo do Estado (protocolo n.º 986113/16) e entidades (protocolo n.º 931432/16);

- O Programa Sistema SEI-CED – Sistema Estadual de Informações – Captação Eletrônica da Dados, constituído pela Portaria nº 428/2014.
- Adaptações no Sistema Atoteca para atender ao contido na Instrução Normativa nºs. 113/15 e 119/16 do SEI-CED, quando anexação de documentos.
- AGEN - ENTIDADES ESTADUAIS: desenvolver regras de análise automáticas, semiautomáticas e questionário para emissão de instrução.
- Elaborar os parâmetros para a geração automática dos relatórios da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Módulo Patrimônio – publicar os leiautes entre setembro e outubro para possibilitar a captação dos dados a serem exigidos em 2018.
- Módulo Obras Públicas: igualmente ao módulo anterior, publicar os leiautes entre setembro e outubro para possibilitar a captação dos dados a serem exigidos em 2018.
- AGEN - ANÁLISE DE GESTÃO FISCAL: desenvolver regras de análise automáticas, semiautomáticas e questionário para emissão de instrução.
- AGEN - CONTAS DO GOVERNADOR: desenvolver regras de análise automáticas, semiautomáticas e questionário para emissão de instrução.
- Ainda, em 2018, elaborar o Módulo Tributário, para captação dos dados a partir de 2019.

➤ **Coordenadoria de Fiscalização de Obras Públicas – COFOP**

- Instrução Normativa – PPPs: dispendo sobre o processo de trabalho do Núcleo de Fiscalização de Parcerias Público-Privadas – órgão subordinado à Coordenadoria de Fiscalização de Obras Públicas – COPOF. (protocolo n.º 920511/16);

➤ **Diretoria de Finanças - DF**

- Implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, para adequá-los às novas regras da contabilidade pública.

➤ **Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP**

- Brigada de incêndio.
- Gestão do controle de acesso de servidores e público externo.
- Resolução do programa de Estágio.
- Aperfeiçoamento das normas de relotação.
- E-Social.

➤ **Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI**

- Novas ferramentas do Portal Informação para Todos (PIT)
- Sistema de Jurisprudência: Portal de consultas;
- Continuidade do desenvolvidos dos sistemas:
 - Maestro
 - Analisador Genérico;
 - SIM-AM
 - SIAP
 - SIT
 - SEI-CED
 - Sistema EGP - SISEGP

ANEXO I - CONVÊNIOS VIGENTES

CONVENIADA	PROCESSO	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR	UNIDADE
INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS - IBRAOP	476219/15	Filiação do TCE/PR ao IBRAOP visa dar prosseguimento ao estabelecido no PROTOCOLO DE INTENÇÕES, firmado em 16 de novembro de 2009, e aditado em 03 de setembro de 2014, para desenvolver ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de Orientações Técnicas.	16/11/2015	15/11/2019	R\$ 5.000,00	3ºICE
Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB)	571629/15	Estabelecer cooperação técnica entre os partícipes para as seguintes finalidades: a) Realização de auditoria coordenada nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal; b) Realização de auditoria coordenada (levantamento) em governança e gestão de saúde em organizações estaduais e municipais; e c) Realização de planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública nacional.	28/08/2015	27/08/2017	-	CGF
Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil o Instituto Rui Barbosa	815993/13	Estabelecer cooperação técnica entre os PARTÍCIPES para criar a Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo, visando intercâmbio de dados e conhecimentos por meio das unidades de informações estratégicas, com o objetivo de proporcionar o aumento da eficiência das ações de controle externo, em conformidade com o previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	31/03/2014	30/03/2019	-	CGF
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU	665743/14	Estabelecimento de mecanismos de cooperação, visando ao desenvolvimento de projetos e ações que possam contribuir tanto para a prevenção e o combate à corrupção, quanto para a promoção da transparência e da ética pública, assim como para o fomento do controle social e para o fortalecimento da gestão pública, quanto para o aperfeiçoamento do planejamento e da execução das auditorias e fiscalizações concernentes à aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais.	10/06/2014	09/06/2019	-	CGF

CONVENIADA	PROCESSO	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR	UNIDADE
Tribunais de Contas brasileiros, a Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e o Instituto Rui Barbosa (IRB).	310747/14	Estabelecer cooperação técnica entre os PARTICIPES para a realização de auditoria coordenada para avaliar a qualidade da prestação, nas Unidades Básicas de Saúde, dos serviços de atenção básica à saúde, nos termos dispostos no item 15 da Declaração de Vitória/ES, elaborada durante o XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, ocorrido em 6 de dezembro de 2013.	10/04/2014	09/04/2017	-	COFE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	745304/12 201872/15	Possibilitar o acesso às informações registradas no SINAPI - SIPCI, conforme opção(ões), função(ões) e perfil(is) discriminados no anexo i, que passa a fazer parte deste instrumento, onde o conveniente, através de sua rede, poderá consultar e obter informações, de acordo com a abrangência atribuída pelo gestor do sistema para o qual solicitou acesso, estando ciente do grau de sigilo atribuído à informação disponibilizada.	13/05/2015	12/05/2017	R\$ 9.200,00	COFOP
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ	58331/12	Conferir agilidade aos trabalhos desenvolvidos no MP-PR, mormente no tocante à proteção ao patrimônio público e à ordem tributária, à educação e ao combate aos crimes praticados por prefeitos.	05/06/2012	04/06/2017	-	COIE
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU	833777/12	Estabelecer cooperação técnica entre o TCU e o TCE — PR para intercâmbio de dados e conhecimentos entre unidades de inteligência e com o objetivo de proporcionar o aumento da eficiência das ações de controle dos partícipes, em conformidade com o previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	25/12/2012	24/12/2017	-	COIE
COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A	25519/13	Constitui objeto do presente Termo de Cooperação, a disponibilização de acesso ao TCPR, mediante utilização de recursos de informática, ao cadastro de dados de consumidores da COPEL-DIS, observada a limitação e o estabelecido nas cláusulas segunda e terceira deste instrumento.	10/01/2013	09/01/2018	-	COIE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - TCE-RS	210781/13	O presente TERMO tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre o TCE-PR e o TCE—RS para intercâmbio de dados e conhecimentos entre unidades de inteligência e com o objetivo de proporcionar o aumento da eficiência das ações de controle dos partícipes, em conformidade com o previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	17/10/2013	16/10/2018	-	COIE
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ - DETRAN/PR	812099/13 941097/14 331656/16	Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre o TCE-PR e o DETRAN-PR.	15/11/2013	14/11/2018	-	COIE

CONVENIADA	PROCESSO	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR	UNIDADE
Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República - SMPE-PR	563106/14 871269/14	Possibilidade de acesso do TCE-PR aos dados do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis (CNE) e emissão de relatórios.	17/10/2014	16/10/2019	-	COIE
ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO DO PARANÁ - AERP	535371/15	Estabelecer condições de cooperação mútua, com o objetivo de divulgar LOCUÇÃO DAS MATÉRIAS EM ARQUIVOS DE ÁUDIO , produzidos pela Diretoria de Comunicação Social do TCE/PR, aos associados da AERP, por meio da Rede Aerp de Notícias, no sítio www.paranadehoje.com.br	30/09/2015	29/09/2017	-	DCS
ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES IMOBILIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARISP	702808/16	Viabilizar ao TCE-PR o acesso e a utilização da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, do Sistema de Penhora Eletrônica de Imóveis (Penhora Online) e dos demais serviços eletrônicos disponibilizados pela Central de Registradores de Imóveis, relacionados com os Cartórios de Registro de Imóveis Integrados aos Sistemas.	16/09/2016	Indeterminado	-	DCS
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	609373/10 91856/16	Estabelecer condições especiais e procedimentos a observar na operacionalização da concessão pela CAIXA de Crédito Imobiliário, em favor de servidores efetivos do ente TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ . (empréstimos consignáveis)	09/02/2012	08/02/2017	-	DGP
FINANCEIRA ALFA S.A	165795/15	Termo de Convênio 01/2015 que tem por objeto possibilitar a FINANCEIRA ALFA S.A., respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimos, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores efetivos do TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ .	22/05/2015	21/05/2020	-	DGP
BARIGUI S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos	201307/10	Concessão de empréstimos, mediante consignação em folha pagamento, aos servidores, ativos, inativos, do TCEPR.	08/06/2015	07/06/2020	-	DGP
BANCO BRADESCO S/A.	338323/14	O objeto do presente convênio é a concessão de empréstimos a servidores efetivos do CONVENIENTE por este indicado, aqui denominados DEVEDORES , mediante: (i) celebração de contratos de empréstimos específicos; (ii) garantia de consignação em folha de pagamento, com observância da margem consignável permitida; (iii) atendimento das exigências impostas pela política de concessão de crédito do BRADESCO; e, (iv) preenchimento das demais condições estabelecidas neste CONVÊNIO .	16/11/2015	15/11/2020	-	DGP

CONVENIADA	PROCESSO	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR	UNIDADE
BANCO DO BRASIL S.A.	472934/16	O presente convênio tom por objeto possibilitar ao BANCO DO BRASIL, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimos, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ.	23/09/2016	22/09/2021	-	DGP
PARANÁ BANCO S/A.	549554/16	O presente convênio tem por objeto possibilitar ao PARANÁ BANCO S/A, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimos, mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores efetivos do TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ.	21/10/2016	20/10/2021	-	DGP
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS CURITIBA	28556/12 758907/15	Fomentar o desenvolvimento de pesquisa interinstitucional e interdisciplinar aplicada à tecnologia de informação, nas áreas de engenharia de software e sistemas de informação.	18/07/2012	17/01/2017	R\$ 107.520,00	DTI
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARANÁ	129385/16	Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e a integração de informações e bases de dados de interesse recíproco entre o TCE-PR e a CASA CIVIL.	30/06/2016	29/06/2021	-	DTI
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU	205741/12	O licenciamento de uso, não oneroso, sem fins comerciais do programa de computador denominado Fiscalis Execução off une - solução de tecnologia da informação desenvolvida pelo LICENCIANTE -, bem como o repasse inicial, também não oneroso, a LICENCIADO, dos conhecimentos tecnológicos inerentes ao código-fonte, constituídos dos arquivos fonte dos programas, da especificação das tabelas, do modelo de dados e da documentação da solução objeto deste contrato.	26/03/2012	25/03/2042	-	DTI
SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ - SINDAFEP	211770/15	Estabelecer as condições e diretrizes para as entidades pactuantes, visando a promoção e divulgação do Prêmio Gestor Público Paraná, instituído e organizado pelo SINDAFEP, através de convênio e autorização do SINDIFISCO/RS, detentor da marca Prêmio Gestor Público	27/03/2015	31/12/2016	-	EGP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - AMP	878740/13	Estabelecer os compromissos entre as partes signatárias para a geração, distribuição e recepção dos Cursos e Treinamentos realizados pela Diretoria da Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando a capacitação dos Servidores Públicos Municipais, a distância.	20/02/2014	19/02/2017	-	EGP

CONVENIADA	PROCESSO	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR	UNIDADE
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL - OSB	335351/12	A elaboração e a implantação de um programa de capacitação dos observadores do Paraná, integrados à Rede OSB de Controle Social, bem como criar um canal de comunicação direta com o TCE PR para informações, consultas técnicas e eventuais denúncias, além de outras ações em conjunto em prol da transparência pública e do controle social dos gastos públicos.	09/07/2012	08/07/2017	-	EGP
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	837098/12	Estabelecer regras e condições que possibilitem o intercâmbio e integração de informações, de bases de dados, e de soluções de tecnologia da informação, de interesse recíproco entre o TCE-PR e a SEFA, visando otimizar as atividades de fiscalização, bem como coibir e evitar práticas que tenham o potencial de gerar desperdícios de recursos públicos.	26/07/2012	25/07/2017	-	EGP
SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ — SEBRAE/PR	652955/15	Cláusula 1: realizar, a cada biênio, 06 (seis) encontros regionais, sem fins lucrativos e com inscrições gratuitas, para a capacitação dos servidores públicos municipais na área de compras governamentais, mais especificamente, sobre o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas. Cláusula 2: realizar, a cada biênio, capacitação dos técnicos do TCE/PR sobre os temas dispostos na cláusula primeira. Não haverá transferência voluntária	10/12/2015	09/12/2019	-	EGP
INSTITUTO PARANENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO - IPDA	158709/16	Desenvolvimento de estudos e pesquisas no âmbito do Direito Administrativo, realização de eventos sobre temas de interesse comum dos partícipes.	05/08/2016	31/12/2019	-	EGP
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - TJPR	42642/16	Desenvolvimento de ações conjuntas e de proveito recíproco, visando ao aprimoramento do desempenho das respectivas atribuições constitucionais e legais, por meio de intercâmbio de informações, conhecimentos e técnicas e de cooperação técnica, científica e cultural, em conformidade com as especificações e demais discriminações constantes no protocolo SEI nº 0065595-45.2015.8.16.6000, que passam a fazer parte integrante do presente Plano.	08/06/2016	07/06/2021	-	EGP
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ	649283/12	Promover e apoiar o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.	01/11/2012	31/10/2017	-	CGF

CONVENIADA	PROCESSO	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR	UNIDADE
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA	328848/15 853691/15 836650/16	Termo de Cooperação Técnico Financeira tem por objeto normatizar e instrumentalizar a descentralização do orçamento programado, observados os limites dos elementos de despesa, para fins de prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ativos e inativos e seus dependentes bem como para os pensionistas através das Instituições contratadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e a Lei Estadual n.º 15.608/07 os quais integram a rede de hospitais que compõe o Sistema de Assistência à Saúde — SAS.	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 30.000,00	DGP
INSTITUTO RUI BARBOSA	539531/14	Anuência ao disposto no Estatuto Social e às condições estabelecidas nas cláusulas seguintes para a associação deste Tribunal de Contas ao IRB.	17/12/2014	12/12/2019	R\$ 250.000,00	GP
SINDICONTAS	502139/15	Desconto em folha da mensalidade dos servidores filiados em favor do Sindicontas/PR, para usufruir desta forma dos benefícios instituídos em seus Estatutos.	07/08/2015	06/08/2020	-	DGP

ANEXO II - CONTRATOS POR UNIDADE

EMPRESA	PROCESSO	CONTRATO	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR CONTRATADO
COORDENADORIA GERAL DE FISCALIZAÇÃO - CGF						
CEBRASPE	727238/15	15/2015	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnico-especializados para a organização e a realização de concurso público com vistas ao provimento de 4 (quatro) vagas e formação de cadastro reserva no cargo de Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), nos termos da proposta de prestação de serviços encaminhada pela CONTRATADA e aprovada pelo CONTRATANTE, datada de 14 de agosto de 2015, que faz parte integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição, ressalvadas as disposições contrárias ao presente contrato.	25/09/2015	24/09/2017	R\$ 208.958,49
CEBRASPE	421515/16	14/2016	Prestação de serviços técnico-especializados para a organização e a realização de concurso público com vistas ao provimento de 12 (doze) vagas e formação de cadastro reserva no cargo de Analista de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), nos termos da proposta de prestação de serviços encaminhada pela CONTRATADA e aprovada pelo CONTRATANTE, datada de 25 de abril de 2016, que faz parte integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição, ressalvadas as disposições contrárias ao presente contrato.	04/06/2016	03/06/2018	R\$ 1.081.347,75
						R\$ Valor total contratado: 1.290.306,24
COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS - COIE						
SAFESYSTEM INFORMÁTICA LTDA	647868/12	01/2013	O presente contrato tem por objeto a aquisição de 3 (três) workstations móveis, 20 (vinte) mídias BluRay RW 50 GB, 3 (três) docking stations e 3 (três) monitores.	23/01/2013	22/01/2017	R\$ 61.000,00
SAFESYSTEM INFORMÁTICA LTDA	647868/12	02//2013	Aquisição de servidores tipo 1, servidor Tipo 2, Tape Autoloader, Fitas LT05, rack 42U, interfaces de vídeo e cabos de extensão, Monitores 24' 1920x1200, equipamentos de backup e serviços e monitores; e prestação de serviços de projeto, instalação, configuração e repasse tecnológico;	23/01/2013	22/01/2017	R\$ 354.500,00
						R\$ Valor total contratado: 415.500,00
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCS						
041 CINE VIDEO	663290/11 161780/13 248077/14 195295/15 28801/16 152964/16	5ºTA 19/2012	Produção de material audiovisual para o TCE-PR, detalhadamente descrito no Anexo I, do Edital do Pregão Presencial N° 02/2012.	24/04/2016	23/04/2017	R\$ 1.621.512,03
						R\$ Valor total contratado: ⁹⁷ 1.621.512,03

DIRETORIA DE FINANÇAS - DF						
BANCO DO BRASIL	635619/15	14/2015	Contratação para prestação do serviço de pagamentos eletrônicos por meio de ordens bancárias.	30/09/2015	29/03/2017	R\$ 7.740,00
BANCO DO BRASIL S.A	378415/16	17/2016	SERVIÇO DE RECEBIMENTOS EM FAVOR DOS CONTRATANTES, MEDIANTE COBRANÇA BANCARIA (SERVIÇO DE BOLETOS)	09/06/2016	08/06/2017	R\$ 17.500,00
BANCO DO BRASIL	835537/15	18/2015	Contratação de instituição financeira oficial para proceder ao recebimento das inscrições para o Concurso de Auditores do TCE-PR, conforme Pedido 3476-DF e Solicitação de Despesa 320/2015.	28/10/2015	27/10/2020	R\$ -
BANCO DO BRASIL	853560/15	19/2015	a) serviço de abertura de contas específicas destinadas a depósitos em garantia de licitação e em contratos administrativos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra e outros contratos de interesse do CONTRATANTE; b) viabilizar o acesso do CONTRATANTE aos saldos, extratos e movimentação dos recursos da (s) conta (s) em garantia que serão abertas em razão deste contrato.	17/11/2015	16/11/2020	R\$ -
Valor total contratado:						R\$ 25.240,00

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DGP						
SALVA - Serviços Médicos.	303073/11 836311/13 1050629/14 894916/15	4º TA 30/2011	Prestação de serviços de emergências médicas, com unidades de terapia intensiva móvel, acompanhadas de equipe médica, com atendimento pediátrico, sem restrição de doenças pré-existentes e sem carência para início das atividades, prestando atendimento básico para o sistema de emergências e urgências médicas a todos os servidores, e a toda e qualquer pessoa que se encontre nas dependências físicas deste Tribunal, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano.	30/01/2016	29/01/2017	R\$ 4.014,48
CAVO	271181/16	21/2016	O objeto do presente contrato, a ser executado sob o regime de empreitada por preço unitário, é a prestação de serviços especializados de coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos sólidos e líquidos, que abrangem produtos médico-odontológicos, recolhimento de pilhas e baterias, objeto perfuro cortante e lâmpadas em pequena quantidade	29/06/2016	28/06/2017	R\$ 4.398,00
CIEE	520580/16	6º TA 27/2012	Contratação de Agente de Integração para o oferecimento de estágio supervisionado a estudantes de nível superior (até 100) e nível médio (até 70)	01/08/2016	31/07/2017	R\$ 2.409.781,68
IMTEP	423633/12 705519/13 876554/14 705315/15 788907/16	4º TA 46/2012	Prestação do serviço de execução de programa regular de ginástica laboral, a ser aplicado aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	22/10/2016	21/10/2017	R\$ 101.088,00
DIGIDATA	73305/14 869024/15 21823/16	1º TA '08/2014	Serviços de suporte técnico e manutenção dos programas de computador META4 Peoplenet 7.1 — SCO (Standard Corporativo) e META4 Peoplenet 7.1 — SBR (Standard Brasil), Build:87.01sp3 032/Service Pack:TC60005_TC71001, com a aplicação de Service Packs e Hot Fix, fornecimento de atualizações (releases) e o fornecimento de novas versões, visando manter a continuidade de operação - (Compreende Suporte Técnico	17/03/2016	16/03/2018	R\$ 756.603,84

			e Manutenções: Preventiva; Corretiva e Evolutiva).			
						R\$ Valor total contratado: 3.275.886,00

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIPLAN						
JEXPERTS TECNOLOGIA LTDA.	848697/13 49731/15 851346/15 898257/16	3º TA 01/2014	O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Suporte técnico on-line e telefônico, manutenção corretiva, atualização de versão ao usuário da Plataforma Channel do Tribunal de Contas do Paraná.	09/02/2017	08/02/2018	R\$ 13.251,36
						R\$ Valor total contratado: 13.251,36

DIRETORIA DE PROTOCOLO - DP						
CORREIOS	629328/14 530264/15 670813/15 420900/16	3º TA 25/2014	O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses	01/08/2016	31/07/2017	R\$ 400.000,00
SERPRO	656650/15 704118/16	1º TA '10/2015	Serviços técnicos de processamento de dados, consistindo na disponibilização de consultas às bases de dados dos sistemas CPF – Cadastro de Pessoas Físicas e CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, para utilização pelo CONTRATANTE de informações da Secretaria da Receita Federal – RFB, na vigência de convênio celebrado entre o CONTRATANTE e aquela Secretaria, devidamente publicado no Diário Oficial da União, conforme perfil ali estabelecido e respeitadas as disposições contidas nas Instruções Normativas SRF n.OS 19 e 20/98.	17/11/2016	16/11/2017	R\$ 7.422,36
						R\$ Valor total contratado: 407.422,36

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI						
BRY TECNOLOGIA	838056/15 867319/16	1º T.A '22/2015	Aquisição de suporte técnico, manutenção e atualização tecnológica por até 12 meses de 2 sistemas BRy Framework e 2 sistemas BRy PDDE, objetos do contrato 36/14 assinado entre BRy Tecnologia e o TCE-PR, conforme política estabelecida pelo Tribunal de Contas	17/12/2016	16/12/2017	R\$ 143.453,29
CELEPAR	1095827/14 865010/15	2º TA 75/2014	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, escritório digital - Gestão de ambientes computacionais, consultoria, desenvolvimento e implantação de projetos e de soluções informatizadas.	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 116.104,08
GARTNER DO BRASIL	773166/13 1079746/14 934802/15	2º TA 30/2013	Prestação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial, na forma de subscrição, para acesso ilimitado a uma Base de Conhecimentos/Pesquisas em Tecnologia da Informação e Comunicação.	06/01/2016	05/01/2017	R\$ 402.400,00

TELETEX	619044/15	04/2016	A implantação e operação de infraestrutura cliente Windows 7 e seus sistemas operacionais sucessores, incluindo Serviço de Suporte ao Usuário (SSU), suporte especializado em infraestrutura de software Microsoft Windows Server e System Center, implantação de projetos de software e operação de parque de desktops, notebooks e impressoras, nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR), de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo 1 do Edital de Pregão Eletrônico n 19/2015	16/02/2016	15/02/2017	R\$ 585.000,00
CLARO	671747/15	03/2016	Prestação de serviço telefônico móvel, para disponibilização de serviço de banda larga móvel 4G. Fornecimento de até 150 conexões de banda larga móvel 4G com modem incluso	18/02/2016	17/02/2017	R\$ 161.910,00
TECHNA	745872/15	11/2016	Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de proteção elétrica UPS, da marca APC, bem como para fornecimento de baterias para substituição em manutenção destes equipamentos, quando necessárias.	12/05/2016	11/05/2017	R\$ 184.638,00
IPÊ INFORMÁTICA LTDA	376140/13 631500/14 583724/15 570510/16	3º TA 21/2013	Serviços de aluguel para fornecimento de 3(três) conexões de fibra ótica escura entre o TCE/PR, Celear e Assembleia Legislativa do Paraná, de acordo com as condições e especificações constantes do Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico 02/2013	22/08/2016	21/08/2017	R\$ 13.979,76
ALMAQ	258817/11 9352/14 1043894/14 563700/16	3º TA 42/2012	Contratação de empresa especializada em outsourcing de tecnologia de impressão.	16/10/2016	15/10/2017	R\$ 164.160,00
EWAVE DO BRASIL INFORMÁTICA LTDA	425067/12 31300/14 654861/14 888521/14 666085/15 671739/15 651910/16	6º TA 47/2012	Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de informática, especializados em desenvolvimento de sistemas - Análise de Sistemas, Arquitetura de Sistemas, Programação, Testes e Gerência de Projetos.	23/10/2016	22/10/2017	R\$ 3.571.005,11
PROCESSOR INFORMATICA S/A	790374/14 563727/16	1º T.A 30/2014	Fornecimento de software Enterprise Agreement (EA) e Server and Cloud Enrollment (SCE), com garantia de atualização (Software Assurance), referente ao direito de uso perpétuo mais as atualizações de Softwares Microsoft licenciados ao Tribunal de Contas do Paraná durante 03 (três) anos,	28/10/2014	27/10/2017	R\$ 3.984.245,05
A.A. BELLO FILHO	413164/16	32/2016	Contratação de empresa especializada para serviço de manutenção corretiva e evolutiva de rede LAN Categoria 6 e rede elétrica, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital nº 21/2016, para atender necessidades de expansão ou mudança de cabeamento desta Casa de Contas, quando necessária.	09/11/2016	08/11/2017	R\$ 516.508,00
SERPRO	42419/12 959026/14 930209/15 818598/16	3º TA - 22/2012	Prestação de serviços de processamento de dados, de Web Service, via Infoconv, seguindo as disposições previstas no convênio firmado em 18102/2009, entre a Secretaria da Receita Federal e a CONTRATANTE, para acesso a dados do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, devidamente autorizada pela Receita Federal do Brasil	11/11/2016	10/11/2017	R\$ 58.933,41

INFRACOMIX	172787/16	35/2016	Aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição	18/11/2016	17/11/2017	R\$ 9.560,00
BARANDRECHT & CIA LTDA	172787/16	34/2016		18/11/2016	17/11/2017	R\$ 14.414,00
SERVITEX	172787/16	37/2016		18/11/2016	17/11/2017	R\$ 59.744,00
ANA C.S. FERREIRA INFORMÁTICA	172787/16	41/2016		18/11/2016	17/11/2017	R\$ 1.540,00
3A SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA	172787/16	44/2016		18/11/2016	17/11/2017	R\$ 68.787,00
REI TECH	172787/16	33/2016		22/11/2016	21/11/2017	R\$ 50.777,00
SATCOMP	172787/16	36/2016		22/11/2016	21/11/2017	R\$ 346.860,00
MEGA BYTE MAGAZINE	172787/16	42/2016		22/11/2016	21/11/2017	R\$ 4.790,00
TECH CELL	172787/16	43/2016		22/11/2016	21/11/2017	R\$ 6.822,88
HUNTERS DO BRASIL	172787/16	45/2016		22/11/2016	21/11/2017	R\$ 49.496,99
ACC BRASIL	172787/16	46/2016	22/11/2016	21/11/2017	R\$ 153.600,00	
AGEM TECNOLOGIA E COMÉRCIO	172787/16	47/2016	Aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição	22/11/2016	21/11/2017	R\$ 23.340,00
GALDITECH	172787/16	39/2016		28/11/2016	27/11/2017	R\$ 5.455,98
DOLCIMAR ANTONIO TESTA	172787/16	40/2016		28/11/2016	27/11/2017	R\$ 7.999,80
SCORPION INFORMÁTICA	172787/16	38/2016		30/11/2016	29/11/2017	R\$ 1.283,75
REDISUL INFORMÁTICA LTDA	693317/15	05/2016	O presente contrato tem como objeto serviços de expansão de garantia, pelo período de 36 meses (hardware e software), para os seguintes equipamentos de rede de propriedade do TCE-PR:	16/02/2016	15/02/2019	R\$ 339.800,00
OI S/A	412095/16	31/2016	Prestação de serviços de conectividade IP – Internet Protocol, dedicado, visando acessos permanentes e completos para conexão do Tribunal De Contas do Estado do Paraná – TCE/PR à rede mundial Internet, com velocidade mínima garantida de 120 (cento e vinte) megabits por segundo dedicada à Internet, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 17/2016.	27/10/2016	26/10/2019	R\$ 298.800,00
						R\$
Valor total contratado:						11.345.408,10

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - EGP						
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC	56760/11 464331/13 106388/14 302415/15 129580/16	4ªTA 08/2012	Prestação de serviços de manutenção do software Pergamum - Sistema Integrado de bibliotecas, cuja licença, com validade por tempo indeterminado, foi adquirida por este Tribunal com número ilimitado de usuários.	27/04/2016	26/04/2017	R\$ 7.884,84
PREMIUM ARTIGOS PERSONALIZADOS LTDA – ME	226968/16	ATA 02/2016	Registro de Preços para aquisição estimada de 70 (setenta) troféus para atender a demanda referente ao I Fórum de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e os demais eventos programados ao longo do ano do 69º aniversário desta Corte de Contas.	25/05/2016	24/05/2017	R\$ 7.210,00
ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A,	270991/16	18/2016	Assinatura dos periódicos online especializados: a) Web Licitações e Contratos; b) Lei Anotada.com - Contratação Pública; c) Web Regime de Pessoal; d) Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, e de cortesia de 1 (uma) vaga na reunião técnica e 1 (um) exemplar do Livro Contratação de Serviços Técnicos Especializados por Inexigibilidade de Licitação Pública.	13/06/2016	12/06/2017	R\$ 10.549,62
S MEDEIROS & MORAIS LTDA	31160/16	19/2016	Curso para capacitação, na operação da ferramenta Microsoft Excel 2013 - Módulos Básico, Intermediário e Avançado	13/06/2016	12/06/2017	R\$ 32.250,00
GESTÃO PÚBLICA EDITORA E TREINAMENTOS LTDA	441520/15	03/2015	Contratação de empresa especializada em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para executar o "Programa de Educação Continuada em Contabilidade Aplicada ao Setor Público", composto por oito módulos que totalizam 150 (cento e cinquenta) horas, para servidores do CONTRATANTE e jurisdicionados,	01/07/2015	30/06/2017	R\$ 289.000,00
CAPRI	221244/13 654870/14 625621/15 540972/16	3º TA 23/2013	Serviço de buffet para os eventos do Tribunal de Contas do Paraná conforme edital.	06/09/2016	05/09/2017	R\$ 126.033,30
EDITORA NDJ LTDA	671690/15 645715/16	1º T.A 13/2015	O presente contrato tem por objeto a contratação de assinatura dos periódicos especializados: Boletim de Direito Administrativo, Boletim de Direito Municipal e Boletim de Licitações e Contratos, sendo 12 boletins de cada título por ano, no período de outubro de 2014 a setembro de 2015.	26/09/2016	25/09/2017	R\$ 25.800,00
R\$						
Valor total contratado:						498.727,76

GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP						
CASANOVA TURISMO LTDA.	676814/14 626890/15 645278/16	2º TA 27/2014	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, para cotação, reserva, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, nacionais e internacionais e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, por meio de atendimento remoto	22/09/2016	21/09/2017	R\$ 500.000,00
R\$						
Valor total contratado:						500.000,00

DIRETORIA ADMINISTRATIVA - DA						
Supervisão de Engenharia e Apoio Administrativo - SEA						
3 D CONSTRUÇÕES	779297/15 160827/16	1º TA '20/2015	Execução do serviço de limpeza, reparação e proteção com hidro repelente das superfícies dos "brise-soleil", em mármore, das fachadas do Edifício Sede deste Tribunal de Contas.	16/12/2015	15/12/2016	R\$ 126.132,14
SOLUÇÃO REPAROS E REFORMAS	735516/15 41000/16 160126/16	2º TA '21/2015	Execução da reforma da cobertura do plenário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, localizado no edifício sede, com área de 161,00 metros quadrados, sob o regime de empreitada por preço unitário, no prazo de 90 (noventa) dias.	16/12/2015	15/12/2016	R\$ 88.986,33
ENGECAAMP	734161/15 31039/16	1º T.A 23/2015	Reforma da passarela que liga o Edifício Sede ao Anexo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a ser executado sob o regime de empreitada por preço unitário, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência e Projeto Básico - Anexo I do Edital da Concorrência nº 03/2015, parte integrante e indissociável do presente instrumento	21/12/2015	20/12/2016	R\$ 46.959,80
COPEL	7133/13 7125/13		Fornecimento de Energia Elétrica	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 840.000,00
SOLUÇÃO REPAROS E REFORMAS	837874/15	08/2016	Contratação de empresa especializada para a execução do serviço de instalação de grades teladas para a proteção de dois conjuntos de condensadores de ar condicionado localizados no edifício anexo do TCE/PR, de porta-grelhas e respectivas grelhas de piso para o fechamento de canaletas de água pluvial existentes no espaço sob a pérgola da entrada da garagem do edifício anexo do TCE/PR e de comrnão e guarda corpo na escada que dá acesso a sala do gerador do edifício anexo do TCE/PR. de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.	16/02/2016	15/02/2017	R\$ 29.700,00
SOLUÇÃO REPAROS E REFORMAS	822605/15	07/2016	Contratação de empresa para a execução do serviço de limpeza, reparação e proteção com hidro repelente das superfícies da marquise, em concreto aparente, do Edifício Sede deste Tribunal de Contas, de acordo com os termos constantes no Edital e seus Anexos.	16/02/2016	15/02/2017	R\$ 33.933,75
SOLUÇÃO REPAROS E REFORMAS	264025/15	06/2016	O presente contrato tem por objeto a reforma dos banheiros centrais localizados nos pavimentos térreo e subsolo do edifício sede do TCE/PR, a ser executado sob o regime de empreitada por preço unitário, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência e Projeto Básico - Anexo 1 do Edital da Concorrência n.º 0112015, parte integrante e indissociável do presente instrumento.	16/02/2016	15/02/2017	R\$ 108.986,00
CLARI CLEAN	932427/15	09/2016	Prestação de serviços do lavanderia para este Tribunal, incluindo lavagens de togas, toalhas de rosto, toalhas de mesa pequenas, médias e grandes, cortinas e tapetes, de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.	26/02/2016	25/02/2017	R\$ 14.848,49
THYSSENKRUPP	197855/14 166376/15 991326/15	2º TA 10/2014	Conservação e assistência técnica de 2 elevadores marca SUR,N. 13080 e 13081, Ed. Anexo	12/04/2016	11/04/2017	R\$ 25.141,70

ENCLIMAR ENGENHARIA DE CLIMATIZAÇÃO LTDA	497820/11 37363/13 157705/14 119270/15 72690/16	4º TA 16/2012	O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Operação dos Sistemas de Ar Condicionado do Tribunal de Contas.	13/04/2016	12/04/2017	R\$ 160.113,36
NUTRICASH SERVIÇOS LTDA	698940/14 355551/15 21475/16 345320/16	3º TA 08/2014	Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis de Veículos prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustível, compreendendo a distribuição de etanol, gasolina comum, diesel e biodiesel, para veículos automotores e equipamentos IR frota da Administração direta e indireta do Estado do Paraná, nos termos da legislação vigente, conforme especificações técnicas, prestado CONTRATADA, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Edital e conforme proposta comercial da empresa datada de 13/01/2014	16/04/2016	15/04/2017	R\$ 176.010,00
SIMAVE CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	892327/13 857812/14 89695/15 975452/15	3º TA 09/2014	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e periódica nos veículos que compõem a frota do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com fornecimento de peças, conforme especificações contidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial 03/2014.	17/04/2016	16/04/2017	R\$ 99.311,97
DECORINTER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	54209/16 420888/16	1º TA '10/2016	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de carpete para a sala do Plenário do Edifício Sede do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR)	03/05/2016	02/05/2017	R\$ 36.378,29
PROVENCE	817970/15	15/2016	aquisição de 08 (oito) veículos - CITROEN C4 LOUNGE THP 173 FLEX AUTO EXCLUSIVE Ano de fabricação 2015/2016 ;Modelo 2016;Cor prata; Tipo sedan médio; Combustível flex	09/06/2016	08/06/2017	R\$ 793.500,00
COPAVAL VEÍCULOS LTDA	817970/15	16/2016	Aquisição de 10 (dez) veículos- Spacefox 1.6 - I-motion Trendline	10/06/2016	09/06/2017	R\$ 721.000,00
ÁGUA MINERAL TIMBU LTDA - EPP	94251/16	ATA 04/2016	A presente ata tem por objeto a aquisição estimada de 1.700 (um mil e setecentos) garrafas de 20 litros de água mineral, 38.600 (trinta e oito mil e seiscentos) garrafas descartáveis de 500 ml de água mineral sem gás e 13.000 (treze mil) garrafas descartáveis de 500 ml de água mineral com gás, todos devidamente higienizados para atender ao consumo de águas dos servidores e visitantes desta Casa de Contas	01/07/2016	30/06/2017	R\$ 37.755,00
TRIASA COMERCIAL LTDA - EPP	173090/16 721900/16	1º TA 20/2016	O presente contrato tem como objeto a aquisição de 01 veículo de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico 10/2016, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência, parte integrante e indissociável do presente contrato.	11/07/2016	10/07/2017	R\$ 208.000,00
ALLIANZ SEGUROS	403460/16 836758/16	1º T.A 22/2016	Contrato de cobertura de seguro para os veículos componentes da frota do TCE/PR, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico 1412016, parte integrante e indissociável do contrato.	25/07/2016	24/07/2017	R\$ 16.887,06

MACALE TRANSPORTE E COMERCIO	365429/16	ATA 08/2016	Aquisição e instalação dos itens de mobiliário para as unidades administrativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Termo de Referência do Instrumento Convocatório.	16/08/2016	15/08/2017	R\$ 74.318,63
BELNIKI & BELINIAKI	365429/16	ATA 05/2016	Aquisição e instalação dos itens de mobiliário para as unidades administrativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Termo de Referência do Instrumento Convocatório.	19/08/2016	18/08/2017	R\$ 14.750,00
GEEB WORK	365429/16	ATA 06/2016	Aquisição e instalação dos itens de mobiliário para as unidades administrativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Termo de Referência do Instrumento Convocatório.	19/08/2016	18/08/2017	R\$ 22.400,00
ARTMOVEIS SOLUÇÕES	365429/16	ATA 07/2016	Aquisição e instalação dos itens de mobiliário para as unidades administrativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Termo de Referência do Instrumento Convocatório.	19/08/2016	18/08/2017	R\$ 3.365,00
BELTRIX	818555/16	1º T.A 24/2016	Contratação de empresa especializada para a execução da reforma de um ambiente interno do edifício anexo do TCE/PR para transformá-lo em banheiro, vestiário, bicicletário e oficina do serviço de manutenção predial, com área total aproximada de 105,60 metros quadrados, de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Termo de Referência e Projeto Básico, Anexo I do Edital da Concorrência n.º 01/2016.	23/08/2016	22/08/2017	R\$ 116.611,21
GGL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO	532546/16	25/2016	O presente instrumento tem por objeto o fornecimento e montagem de estantes para instalação na biblioteca, localizada no Edifício Sede do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especificações constantes no Termo de Referência — Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n' 16/2016, respeitando-se os quantitativos dispostos no orçamento para a definição do valor máximo para a licitação.	26/08/2016	25/08/2017	R\$ 16.500,00
ENGE CAMP	491793/16	28/2016	Reparação externa da passarela, casa do gás e escultura do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de acordo com as condições e especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no Projeto Básico, Anexos I e II do Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2016	13/09/2016	12/09/2017	R\$ 15.260,00
GERMANO PEDROSO	380584/16	ATA 09/2016	formação de registro de preços para aquisição e instalação estimada de 200 m² de persiana vertical em PVC, com trilho; 100 m² de persiana vertical em tecido, com trilho; e 12 unidades (2m de largura x 2,61m, de altura) de persiana horizontal em alumínio com trilho, para atender as necessidades das unidades administrativas desta Corte de Contas, de acordo com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, e seus anexos.	27/09/2016	26/09/2017	R\$ 14.526,00
GERMANO PEDROSO	563247/16	29/2016	Fornecimento e instalação de pisos vinílico e seus complementos, conforme demanda, em diversos setores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, consoante especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I ao Edital.	27/09/2016	26/09/2017	R\$ 105.999,99

ALGAR	497674/15 420950/16	1º TA 11/2015	Prestação de serviços telefônico fixo comutado na modalidade local, longa distância nacional para as regiões 1, II e III do PGO (Plano Geral de Outorgas) da ANATEL e Internacional, com chamadas para telefones fixos e móveis com origem em terminais fixos utilizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEFR.	28/09/2016	27/09/2017	R\$ 220.000,00
HEAD NET ENGENHARIA LTDA	554635/15 532775/16	1º TA '16/2015	A prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva nos Sistemas de Segurança Patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, composto por 63 (sessenta e três) câmeras, sem inclusão de peças, pelo período de 12 (doze) meses,	07/10/2016	06/10/2017	R\$ 19.296,00
HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVACAO S.A.	421465/15 842738/15 22820/16 434420/16 709713/16	4º TA 12/2015	Prestação do serviço de limpeza, asseio e conservação, copa, garçom, recepção, auxiliar de monitoramento de segurança, auxiliar de manutenção, portaria, telefonia, jardinagem, carpintaria, pedreiro, eletricista, lavador de veículos, piscineiro, auxiliar de protocolo, operador de áudio e vídeo, motorista, supervisor, limpador de vidros e outras atividades-meio correlatas, com mão-de-obra residente, nas instalações do TCE/PR, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com fornecimento de todo material de consumo, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços para as seguintes áreas:	13/10/2015	12/10/2017	R\$ 8.530.946,16
3D CONTRUÇÕES	608330/16	30/2016	Fornecimento e instalação de divisória acústica e revestimento acústico para a laje, nas unidades administrativas e conforme especificações indicadas no Edital de convocação, em especial no Termo de Referência e Projeto Básico (Anexos I e II do instrumento de convocação).	18/10/2016	17/10/2017	R\$ 158.900,00
VITÓRIA DECORAÇÕES	804279/16	48/2016	Contratação de empresa especializada para a fabricação, o fornecimento e a instalação de cortinas e complementos para unidades administrativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital nº 25/2016.	22/11/2016	21/11/2017	R\$ 64.480,00
ATLAS SCHINDLER	1004236/14 702723/15 882199/16	2º TA '31/2014	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção, conservação e assistência técnica de 03 (três) elevadores e 02 (dois) monta-cargas Marca Atlas.	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 58.523,80
TRANSOLIDO	628302/15	01/2016	Contratação de empresa especializada em execução do serviço de coleta, transporte, tratamento e destino final de 35.200 (trinta e cinco mil e duzentos) litros de lixo orgânico, reciclável, rejeitos e não contaminados por mês, fazendo a coleta de 1.600 (mil e seiscentos) litros 05 (cinco) vezes por semana no • Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	15/01/2016	14/01/2018	R\$ 53.180,16
CLARO	681009/15 230078/16	1º TA '02/2016	Prestação de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP- Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia 4G pelo sistema digital pós pago, mediante o fornecimento de 13 (treze) acessos móveis com direito a portabilidade e com a disponibilização das estações móveis aparelhos em comodato.	18/02/2016	17/02/2018	R\$ 149.708,64
Supervisão de Patrimônio e Almoxarifado - SPA						
DIPAR	850668/15	ATA 01/2016	Registro de Preços para aquisição parcelada da quantidade estimada de 3.000 (três mil) resmas (500 folhas) de papel sulfito A4, para a execução das atividades rotineiras dos servidores deste Tribunal de Contas, conforme as	16/02/2016	15/02/2017	R\$ 34.110,00

			especificações técnicas constantes no Termo de Referência, para o período de 12 (doze) meses.			
VAREJÃO DE CARNES SOLEDADE	44890/16	ATA 03/2016	Formação de Registro de Preços para aquisição de leite do tipo integral UHT, em embalagem longa vida, com volume de 01 (um) litro, para atender ao consumo de leite dos servidores e visitantes deste Tribunal de Contas, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, para o período de 12 (doze) meses.	04/06/2016	03/06/2017	R\$ 45.446,40
FOCCUS	462254/16	ATA 10/2016	aquisição estimada de 6.000 (seis mil) rolos de papel toalha para abastecimento dos toaletes deste Tribunal de Contas, de acordo com os termos constantes no Anexo 1, Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico SRP n. o 1812016.	26/09/2016	25/09/2017	R\$ 53.160,00
Supervisão de Licitações e Contratos – SLC						
GAZETA DO POVO	657913/13 929089/14 754421/15 852230/16	3º TA 28/2013	O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de PUBLICAÇÃO em jornal impresso de grande circulação, para atender as demandas desta Corte de Contas, especialmente para publicações de extratos de contratos, abertura de licitações, editais, atas, balanços, comunicados, outras publicações correlatas e demais notas de interesse do Tribunal de Contas do Paraná.	12/12/2016	11/12/2017	R\$ 69.906,06
Valor contratado DA:						R\$ 13.405.031,94

9. FONTE DE INFORMAÇÕES

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Portal na internet disponível em www.tce.pr.gov.br

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Informações internas de cada unidade do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do Sistema de Trâmite do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Plano Anual de Fiscalização 2015.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Plano Anual de Fiscalização 2016.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Regimento Interno do TCE-PR (Res. 01/2006 e atualizações).

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Lei Orgânica do TCE-PR (Lei Complementar n.º 113/2005 e atualizações).